

O caráter do governo

Em artigo publicado na página 3, "Organizar a resistência à política reacionária do governo Collor", o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, chama a atenção para a necessidade de ampliar a unidade das forças democráticas e populares na luta contra o "Plano Collor".

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOSI

A Classe Operária

ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 66 — VI FASE — Nº 48 — 3 A 16 DE AGOSTO DE 1990



Cr\$ 45,00
PA-AM-RO-AC Cr\$ 65,00

Revolta contra o arrocho salarial

Equador, exclusivo A rebelião indígena

A grande imprensa brasileira fez vistas grossas, mas a *Classe* resgata um dos acontecimentos recentes mais importantes na história da América Latina, reproduzindo as informações do jornal "En Marcha", órgão dos comunistas equatorianos, sobre o levante indígena e camponês no país, ocorrido em junho, envolvendo milhares de pessoas. Pág 11

A mais longa greve do ABC paulista, na Ford (foto), a paralisação na Sabesp em São Paulo e na CSN, Volta Redonda, expressam a crescente revolta dos trabalhadores contra o plano de arrocho salarial implementado por Collor. Leia reportagens e uma análise econômica a respeito nas páginas 14 a 19

Roberto Parizotti/Folton



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

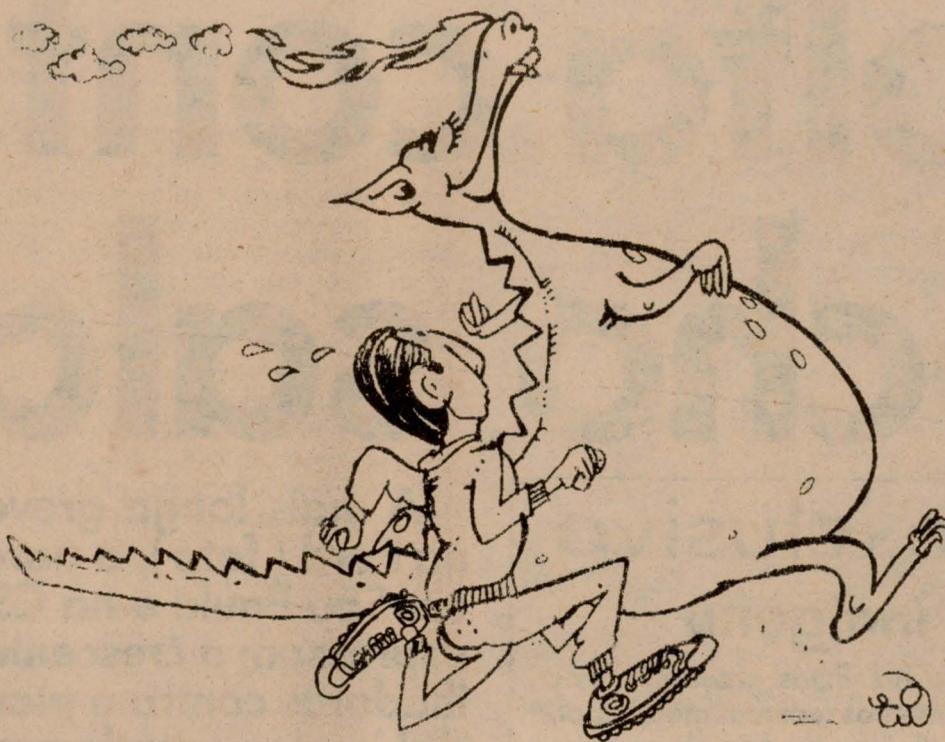
E D I T O R I A L

Alerta contra as manobras do governo

Faltando apenas dois meses para as eleições, o governo federal promove encenações com o fim exclusivo de enganar o povo e evitar a todo custo a primeira derrota nas urnas. Collor de Mello e sua ministra Zélia Cardoso apresentam números fictícios sobre o desempenho da economia e fazem declarações fantasiosas. Procuram convencer a opinião pública de que vive no melhor dos mundos e o País encontrou afinal o caminho de seu desenvolvimento.

Ao lado disso, o governo faz promessas de aumentar os salários do funcionalismo público civil e militar, preocupado com a inquietação nos ministérios e repartições e com as pressões exercidas desde os quartéis. Medidas demagógicas são adotadas em relação ao conjunto dos assalariados, como o abono aprovado há dias — um verdadeiro acinte aos trabalhadores, como se estes necessitassem de esmola.

Chama a atenção, nesse quadro a chegada ao país de uma missão do FMI para examinar o desempenho da economia e preparar o terreno para “nego-



ciar” o pagamento da dívida externa. A presença de tecnocratas representantes dos banqueiros internacionais e a liberdade com que investigam a administração das finanças do país põem por terra as bravatas do presidente e simbolizam o caráter dos vínculos de subordinação que tem com o capital estrangeiro. Os termos amistosos das conversações entre os banqueiros internacionais e as autoridades brasileiras constituem um

sinal do interesse que aqueles têm no êxito do governo Collor, garantia para dar seqüência ao plano de alienação da soberania nacional.

Depois que a inflação voltou a subir nos últimos três meses, atingindo mais de 10%, observam-se agora novas manobras para contê-la artificialmente. É que o governo sabe que se a situação sair do controle e se agravar ainda mais, será alvo da contes-

tação popular em lutas reivindicativas e nas próximas eleições. Sobretudo quando constata que seus índices de popularidade caíram vertiginosamente nas próprias pesquisas de opinião que encomenda.

Mas, embora com outras particularidades, o povo brasileiro já viu esse filme antes. Em 1986, o governo Sarney “segurou” a inflação até as vésperas da eleição, e após ser avaliado num golpe de estelionato eleitoral, levou o

país ao descalabro.

Além da experiência anterior, a população brasileira está a braços hoje com uma situação grave em si mesma e, apesar das cores róseas com que o Planalto pinta a realidade, a tendência visível é tornar-se cada vez mais sombria. O poder aquisitivo dos assalariados reduziu-se significativamente e hoje a inflação combina-se com uma recessão que já desempregou mais de 1 milhão de trabalhadores. A margem para manobras vai, assim, estreitando-se. Ressurge no país um clima de conflitos sociais agudos, como mostram as recentes greves operárias e ocupações de terras no campo.

O povo brasileiro deve estar alerta diante das manobras eleitorais do governo e compreender o sentido fraudulento de suas declarações e promessas. A campanha eleitoral é um momento especial de mobilização e a eleição propriamente dita, uma oportunidade para derrotar o governo autoritário e antipovo, a fim de alcançar melhores posições na luta do povo brasileiro por um regime progressista.

Quem está semeando ventos?

Umberto Martins

A temperatura da luta de classes se elevou razoavelmente nos últimos dias. Ao contrário do que a propaganda burguesa faz crer, acontecimentos como os da Ford, CSN e ocupações de várias sedes estaduais do Inca por camponeses sem terra nada têm de artificiais e não podem ser atribuídos a pretensas conspirações de lideranças da CUT. O acirramento dos ânimos surge espontaneamente e de forma objetiva na sociedade, tendo por motor basicamente a política das classes dominantes, cujos interesses e “soluções”, fielmente representados no governo e no Plano Collor, afrontam direitos elementares do povo brasileiro.

A greve na multinacional Ford, este símbolo da modernidade do capital e também da luta que ele engendra, não é senão o desdobramento do movimento de resistência dos operários ao arrocho salarial que vem sendo imposto pelos capitalistas e o seu regime há décadas. Na CSN, os operários buscam preservar não apenas o poder de compra como também a própria estatal, num conflito que assume também caráter nacional e antiimperialista. A manifestação dos camponeses em todo o país, por seu turno, ergue uma bandeira democrática secular: a da reforma agrária.

A política atual das classes dominantes se cho-

ca de maneira a cada dia mais radical contra os interesses dos trabalhadores e da nação brasileira, expressos nos acontecimentos descritos acima. O plano de “estabilização econômica” do governo Collor resume-se a uma estratégia de arrocho salarial, podendo implicar um roubo de dois terços do minguado poder de compra dos salários. A despeito da evidência de que a crise econômica deriva basicamente da dependência a equipe collorida planeja a completa desnacionalização da atividade produtiva. Finalmente, o ministro da Agricultura, Antonio Cabrera, tornou-se popular como o ministro da contra-reforma agrária.

Movido pela convicção de que as classes dominantes não possuem outra alternativa e embriagado em fantasias neo-liberais, o governo Collor procura impor suas soluções a qualquer preço sobre a sociedade, atropelando a Constituição, o Congresso e o Poder Judiciário e assumindo uma feição autoritária ao implementar medidas nitidamente antipopulares e antinacionais. Neste sentido, é uma expressão radicalizada da determinação política da burguesia — e semeia ventos. No pólo oposto das contradições, o movimento camponês em todo o Brasil de hoje, os trabalhadores emitem sinais de que não se comportarão como cordeiros — e de que a paciência tem limites.

Organizar a resistência à política reacionária do governo

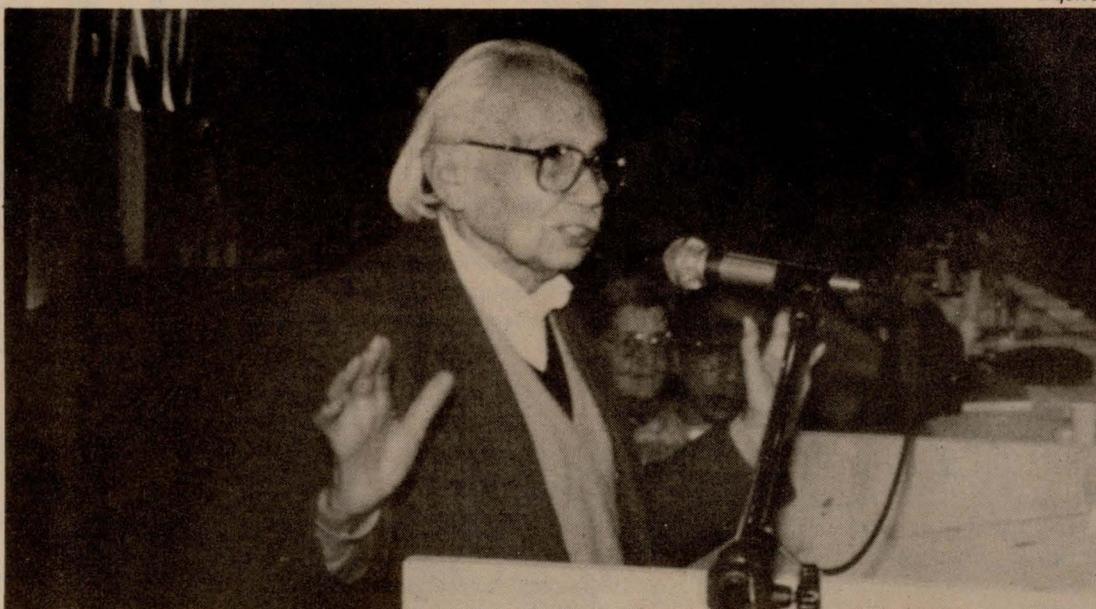
João Amazonas*

Como se previra, em poucos meses de governo, Collor não apenas mostrou seu caráter antinacional e antipovo como ocasionou grandes transtornos à vida da nação. Favoreceu os ricos, sobretudo o capital estrangeiro espoliador, e comprometeu a existência da maioria da população. Demitiu em massa servidores públicos e funcionários das estatais, arrochou fortemente os salários, estimulou a recessão que já provocou o desemprego de milhões de trabalhadores, investiu contra a cultura cortando-lhe os magros recursos de que dispunha. Mas as empresas multinacionais tiveram desbloqueadas as remessas de lucros para o exterior. Os banqueiros internacionais obtiveram a promessa de voltar a receber em curto prazo os juros da dívida externa. Os latifundiários exportadores beneficiaram-se da elevação das taxas cambiais. O lucro dos bancos continuou altíssimo.

E as coisas não ficam por aí. A liberdade de importação, a par do anulamento de medidas protecionistas da indústria nacional, liquidará, pela concorrência desigual, ramos inteiros da produção brasileira. Não se deve esquecer que as empresas estatais são postas em leilão, no qual o capital estrangeiro comprador é privilegiado. O plano de inserção da economia do País no projeto de dominação mundial das potências imperialistas está em marcha acelerada.

Tentando jogar areia nos olhos do povo, Collor e sua ministra da (Des) Economia afirmam que a inflação está contida. Os preços, segundo eles, estariam estáveis. Mas não dizem que o poder aquisitivo dos consumidores reduziu-se bastante. Hoje, com o dinheiro disponível, o povo compra menos produtos do que quando a inflação era mais alta. Isto mostra que os métodos de combate à hidra inflacionária ajudam os poderosos em prejuízo dos que vivem de salários e vencimentos.

A pretendida retomada do desenvolvimento, sempre anunciada pelo governo, não passa da tentativa de atrair investidores estrangeiros que fazem imposições descabidas e aviltantes. Muitas das medidas adotadas por Collor contra os trabalhadores e os interesses nacionais são conse-

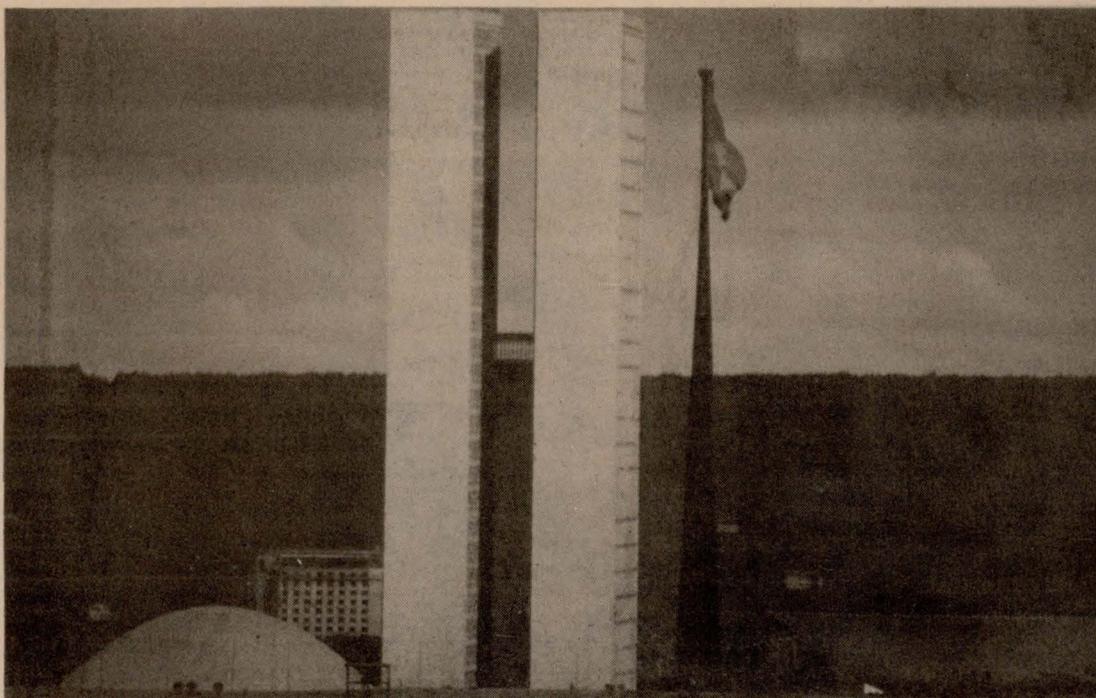


O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, diz que a tarefa prioritária é a campanha eleitoral

arquivo

bate à política do Palácio do Planalto e das forças conservadoras e de direita, aliadas de Collor. O Congresso Nacional, que tem sido reduto das classes retrógradas, pode transformar-se com a eleição de fortes bancadas democráticas num centro político de eficaz resistência ao arbítrio governamental. Note-se que o próximo Congresso terá também funções constituintes, uma vez que em 1993 haverá revisão constitucional. Se nele predominar as forças de direita ou do centro, certas conquistas registradas na Constituição poderão ser anuladas. Se, no entanto, aumentar significativamente o número de congressistas democráticos e de esquerda, entre eles os comunistas do PCdoB, haverá aperfeiçoamento da Carta Magna a favor da democracia, da soberania nacional, dos direitos e garantias dos trabalhadores e das massas populares.

Arquivo



A formação de uma forte bancada oposicionista fará com que o Congresso jogue um novo papel na vida nacional

qüências dessas imposições. Por sinal, já está de volta ao Brasil o representante do FMI, que fora corrido daqui pelos protestos populares. Vem ditar ordens e exigir cartas de intenções dos governantes como compromissos de execução dos planos dessa entidade.

O povo brasileiro precisa tomar consciência da grave ameaça que pesa sobre os destinos da nação. O Bra-

sil está sendo empurrado para um abismo sem fundo. É urgente e necessário organizar a resistência popular e democrática ao governo Collor, antes que seja tarde. Muitas são as formas de efetivar a resistência. As greves operárias contra o arrocho, as lutas camponesas pela terra, os movimentos do povão por locais de moradia, as manifestações dos artistas e intelectuais, os protestos contrários à privatização das estatais, as ações

estudantis em defesa da escola pública e de melhor nível de ensino — são, no quadro da presente situação, formas de resistência à política nefasta do governo Collor.

Vale salientar a enorme importância que tem, na organização desta resistência, a batalha das eleições de 3 de outubro. Eleger governadores de oposição, parlamentares federais e estaduais democráticos e progressistas é criar fortes núcleos de com-

Organizar a resistência a fim de preparar a contra-ofensiva democrática e popular por um destino melhor para o Brasil é o objetivo fundamental das forças comprometidas com o progresso, a liberdade e a defesa da independência nacional. É perigosa a política de isolamento ou de alianças estreitas no campo político ou das reivindicações sociais.

As formas de unidade e de luta não são sempre as mesmas. Dependem da correlação de forças que se formam em cada momento. Ontem, a Frente Brasil Popular que evoluiu para o palanque do 2º turno. Hoje, a resistência democrática e progressista ao governo de Collor numa escala ainda mais ampla. É a maneira como se apresenta na atualidade a continuação da unidade e luta comum antes desenvolvida, para mudar o rumo conservador e reacionário que segue o País.

O PCdoB concentra todo o esforço de sua militância e de seus dirigentes na batalha eleitoral dos dois próximos meses compreendendo sua significação estratégica e tática no processo de luta pelas profundas transformações de caráter democrático e popular que o Brasil necessita.

*presidente nacional do PCdoB

Lídice, Salete e Bete começam a empolgar a Bahia

Pedro Augusto Pereira *

Nas últimas semanas a chapa da Frente Popular acelerou os motores da corrida da sucessão estadual baiana. Com poucos dias de campanha, ainda antes do início do horário gratuito na rádio e televisão, ainda tímida se comparada à propaganda milionária dos principais concorrentes, a deputada Lídice da Mata, do PCdoB, candidata a governadora, juntamente com a arquiteta Salete Silva, do PSB, candidata a vice e a vereadora Bete Wagner, do PCB, concorrendo ao Senado, esbanjam criatividade e dedicação, já despontando como a grande alternativa do eleitorado de esquerda, popular e progressista na Bahia.

Na quarta-feira à noite, enquanto ainda se definiam os últimos detalhes do primeiro programa na TV, a direção da campanha e a militância comemoravam o resultado da pesquisa do Datafolha que concedeu a Lídice 3% das intenções de voto, enquanto o candidato do PT, José Sérgio Gabrielli, comparece com 1%, disputando a lanterna com Antonio Mendes, do PMN.

Alternativa da esquerda

O resultado da pesquisa — realizada entre 24 e 25 de julho, vinte dias após o lançamento da chapa da Frente Popular —, embora ainda modesto, é extremamente positivo, pois coloca a frente como a alternativa democrática e popular, de esquerda, nas eleições baianas e aumentou o respaldo da coligação PCdoB/PSB/PCB para representar o verdadeiro pólo aglutinador das forças progressistas baianas na disputa com os três candidatos da direita e centro-direita: Antonio Carlos Magalhães, do PFL/PDS/PTB, Roberto Santos, PMDB/PSDB, apoiado pelo desmoralizado governador Nilo Coelho, e Luís Pedro Irujo, do

PRN, todos apoiados por Collor.

Ainda na semana passada, a frente conquistou a importante adesão do PDT, anunciada pelo ex-governador Waldir Pires como um passo decisivo para "a verdadeira unificação da esquerda e dos progressistas da Bahia".

O deputado federal Haroldo Lima, do PCdoB, principal articulador da ampliação dos apoios à Frente Popular, afirmou, em seu primeiro pronunciamento durante o horário gratuito, que está próxima a adesão de importantes setores progressistas e de esquerda do PMDB, liderados pelo deputado Francisco Pinto, e do PSDB, sob o comando do ex-prefeito de Ilhéus, Jabes Ribeiro. Depois de anunciar a presença na Bahia de líderes nacionais da importância de Leonel Brizola e Miguel Arraes, o deputado fez um apelo veemente "aos bravos companheiros do PT" para que se unam a Lídice, Salete e Bete para "fortalecer a verdadeira alternativa progressista nestas eleições".

Visão estreita

É difícil prever a consequência do apelo feito por Haroldo Lima. Até o momento o PT baiano vem assumindo uma posição autosuficiente informada pela avaliação perigosamente subjetiva de que se beneficiará do grande êxito eleitoral no Estado da candidatura de Lula à Presidência no ano passado. Nas poucas vezes que se mostrou receptivo ao diálogo, comportou-se de forma intransigente, não abrindo mão da cabeça de chapa e acabou por inviabilizar a coligação na eleição proporcional para

deputado, assim como ao Senado.

Enquanto aguarda e trabalha com otimismo para a consolidação e ampliação da unidade, a "chapa das mulheres", como vem sendo simpaticamente chamada na imprensa e nas ruas, prossegue a campanha empolgando o eleitorado. Supera a falta de recursos com criatividade e empenho no trabalho militante. Promove reuniões com setores organizados da comunidade — o comitê suprapartidário de mulheres inclui representantes do PT descontentes com o exclusivismo do partido —; participa de debates, estabelece contatos informais com representantes de entidades civis, como a Associação Baiana de Imprensa, personalidades religiosas, como o cardeal Dom Lucas Morêira Neves, e visita o interior do Estado — foram entusiasmantes os encontros em Itabuna, Ilhéus, Alagoinhas, Candeias e Feira de Santana. Nesse último fim de semana, Lídice, Salete e Bete organizaram uma visita a Vitória da Conquista.

— Vamos mostrar ao eleitorado que somos a grande novidade desta eleição. Somos a alternativa popular. Do outro lado a disputa se dá entre o mal e o ruim, o bolo e o bolor. Eles estão brigando (e vão continuar) para ver quem é mais responsável que o outro pelo estado de calamidade pública em que se encontra o nosso Estado — afirma, animada, Lídice da Mata.

Os proporcionais

Embalados pela empolgação que toma conta da militância ante a receptividade



Haroldo Lima: principal articulador da Frente Popular

popular à "chapa das mulheres", os candidatos do PCdoB a deputado federal e estadual superaram as dificuldades da falta de recursos financeiros e da indefinição inicial do quadro sucessório na área progressista e entram de corpo inteiro na campanha. Haroldo Lima, para deputado federal, Luiz Nova e Vandilson Costa, disputando a reeleição à Assembléia Legislativa, Maria José Rocha e Messias Gonzaga, também concorrendo à Assembléia (o último é vereador em Feira de Santana), começam a ocupar as ruas da capital e do interior e apostam no prestígio e no respeito desfrutado pelo PCdoB no Estado para ganhar a eleição.

Candidato prioritário do partido a deputado federal no Estado, Haroldo Lima alia o papel de principal articulador político da Frente Popular, o que vem fazendo com reconhecido sucesso, com a campanha propriamente dita. Enquanto ele se dedica principalmente a contatos com outras forças políticas visando a unificação das forças políticas em Salvador e no interior, seu comitê desenvolve intensa propaganda visual nas principais cidades do Estado, em dobradinha com os quatro candidatos a deputado estadual pelo partido.

Para a Assembléia Legislativa, além da relativamente boa campanha dos candidatos que disputam a reeleição, desponta com enorme potencial eleitoral a candidatura de Maria José Rocha (Zezê), empurrada pelo seu prestígio como presidente do combativo Sindicato dos Trabalhadores em Educação (ATLB-Sindicato). Até entre as forças políticas contrárias é consenso a avaliação de que Zezê pode se transformar num fenômeno eleitoral. Isso, no entanto, não a faz descuidar da campanha

baseada principalmente nas reuniões com professores na capital e no interior, sob o lema da defesa da escola pública.

Enquanto Luiz Nova e Vandilson respaldam-se no inegável respeito popular aos mandatos que desempenham — Nova foi indicado pela imprensa entre os quatro melhores da Assembléia Legislativa baiana por seis vezes em sete anos, e Vandilson foi destaque no ano passado por sua atuação à frente da Comissão de Saneamento e Saúde —, o quarto candidato do PCdoB, Messias Gonzaga, afirma-se na região de Feira de Santana. Tem a seu favor o prestígio dos dois mandatos de vereador ligado às lutas populares. E, agora, deve beneficiar-se da adesão do prefeito Colbert Martins ao governador Nilo Coelho, fisiologismo que rachou o PDMB de Feira e pode trazer o combativo e respeitado deputado Chico Pinto para as fileiras da Frente Popular.

O presidente regional do PCdoB, Péricles de Souza, está otimista, mas não perde de vista as dificuldades que o partido enfrenta. A falta de recursos é a principal. Sabe que será uma eleição difícil contra uma direita milionária, com seu principal candidato, Antonio Carlos Magalhães, ressuscitado pela frustração do povo ante promessas de mudanças não realizadas. "Mas as dificuldades não nos assustam", garante Péricles, apostando na capacidade criativa da militância para superá-las e revelar ao eleitorado a verdadeira face da direita apoiada por Collor e consolidar a Frente Popular como alternativa progressista na sucessão baiana.

* correspondente em Salvador



Luiz Nova: prestígio e respeito para ganhar o pleito

Campanha e lutas de massa agitam o Partido no RJ

Carlos Henrique Vasconcelos *

Uma combinação de fatores, que inclui desde atividades de massas, como greves e manifestações, até iniciativas a nível partidário, como gincanas, organização de fóruns e seminários, tem revolucionado a maneira do PCdoB no Rio de Janeiro fazer política. Com um número de atividades superior a muitas campanhas passadas, os militantes começam a entender melhor o papel que podem e devem representar as massas num momento de tão grande efervescência política, como o que vive o país atualmente.

Exemplos disto foram e estão sendo vividos pelos candidatos a deputado federal — Edmilson Valentim e Jandira Feghali — e os candidatos a deputado estadual — Dilcéia Nahon e Gilberto Lobato. Edmilson convive com a luta dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, em greve há quase um mês, e a greve com ocupação do estaleiro Ishibrás, no Rio de Janeiro. Paralelamente, realiza sua campanha, com um cronograma de atividades bastante intenso, em que o forte é a participação das massas.

Gilberto, que é metroviário, participou até bem recentemente da greve de sua categoria, que durou uma semana, sem, contudo, diminuir o ritmo de sua campanha na qual a participação de colegas de trabalho e de lideranças comunitárias de bairros suburbanos é um sustentáculo importante.

Dilcéia, que exerce uma liderança expressiva na Baixada Fluminense, volta e meia a encontramos em portas de fábricas, manifestações de rua e mesmo em promoções em bairros populares. O seu raio de ação extrapola a Baixada e alastra-se pela Região dos Lagos, Zona Oeste do Rio de Janeiro e outros municípios do interior. As ocupações de terra ocorridas há alguns meses às margens da rodovia Washington Luís (Rio-Petrópolis) e as manifestações ocorridas em defesa da saúde pública, tiveram na candidata do PCdoB a principal liderança, que até mesmo a grande imprensa foi obrigada a reconhecer e dar-lhe o espaço devido.

Uma outra experiência importante e que demonstra aos militantes a necessidade e a possibilidade concreta de conjugar a campanha eleitoral com a realidade é a que está sendo vivida pela deputada Jandira Feghali. Desde a edição do Plano Collor, que colocou o setor cultural na periferia das prioridades do governo, o Rio de Janeiro viu cair por terra todos os seus sonhos e projetos em defesa de uma produção cultural autônoma e



Jandira Feghali reúne-se com artistas e intelectuais no Teatro Rival



Edmilson: presença nas lutas dos operários da CSN e dos estaleiros



Gilberto conta com forte apoio entre colegas de trabalho e lideranças comunitárias



Dilcéia vem consolidando sua liderança na Baixada Fluminense

que assegurasse o título de capital cultural do Brasil, até então ostentado pela cidade.

Sensível ao problema, inclusive por ter raízes pessoais e familiares na classe artística (ela tocou bateria profissionalmente durante muitos anos e seu irmão é um dos integrantes do Grupo Roupas Nova), Jandira apresentou um projeto de lei na Assembléia Legislativa intitulado "Capital Cultural" que foi aprovado em plenário e imediatamente contou com o apoio de grandes parcelas do movimento artístico e cultural carioca. Durante esse período não deixou um minuto sequer de fazer sua campanha e mesmo de se integrar às mobilizações dos artistas. Além disso, participou, ao lado do cantor e compositor Carlos Lyra, no Teatro Rival, de um espetáculo, no show das seis e meia, durante uma semana, que recebeu boa acolhida de público e da crítica especializada.

Um novo momento

Em suma, o PCdoB no Rio de Janeiro tende a dar um salto de qualidade na compreensão e na maneira de encarar sua prática política. Deixar os círculos fechados e se abrir para as massas é uma necessidade que a realidade impõe aos militantes e dirigentes comunistas. Bater com a cabeça à procura de algum camarada nem sempre é a solução para a consecução de uma tarefa. Muitas vezes, e isso aos poucos vem sendo descoberto, os militantes aprendem que podem se transformar em muitos. Basta ter iniciativa e compreender que a obra que estão realizando depende de milhões de lutadores do povo.

Em relação à situação específica do Rio de Janeiro, observa-se que as condições para se dar esse salto de qualidade são grandes. Vê-se que o eleitorado é maciçamente progressista. Tanto é que o candidato ao governo

da coligação Povo Unido, Leonel Brizola, lidera disparado as pesquisas de opinião pública.

Esse quadro em que Brizola, o candidato apoiado pelo PCdoB, possui cerca de 60% da preferência do eleitorado, apresenta-se favorável não apenas para elegê-lo e também os candidatos do Partido Comunista do Brasil a deputados estaduais e federais, mas e principalmente, para colocar os comunistas como uma referência política nacional. Nesse sentido, é necessário insistir e explicar que o pleito no Rio de Janeiro assume características nacionais, tanto pela importância de estabelecer uma resistência política ao governo Collor, como também para consolidar o PCdoB, ampliando suas bases e intensificando a sua intervenção no leito principal das lutas e reivindicações do povo brasileiro.

A nível interno, os comunistas fluminenses estão desenvolvendo ativi-

dades em que procuram estimular a integração com as massas e no sentido de fortalecer a campanha dos candidatos e as fileiras partidárias. Um exemplo é a gincana que está programada para o período da campanha, em que cada diretório receberá tarefas a serem cumpridas em determinado prazo. O número de filiações realizadas, a quantidade de assinaturas e de venda individual do jornal *A Classe Operária*, o número de organizações de base estruturadas etc., são algumas das atividades a serem cumpridas pelos diretórios, os quais, ao final da promoção, receberão prêmios pelos maiores índices conquistados. Isso tudo será avaliado e controlado a cada 15 dias, em reuniões ampliadas, chamadas de Fórum Rio, que reunirá os dirigentes intermediários para o informe dos dados e para discutir o encaminhamento da

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
correspondente no Rio de Janeiro

No Ceará, campanha baseada nos distritais

Carlos Augusto Diógenes

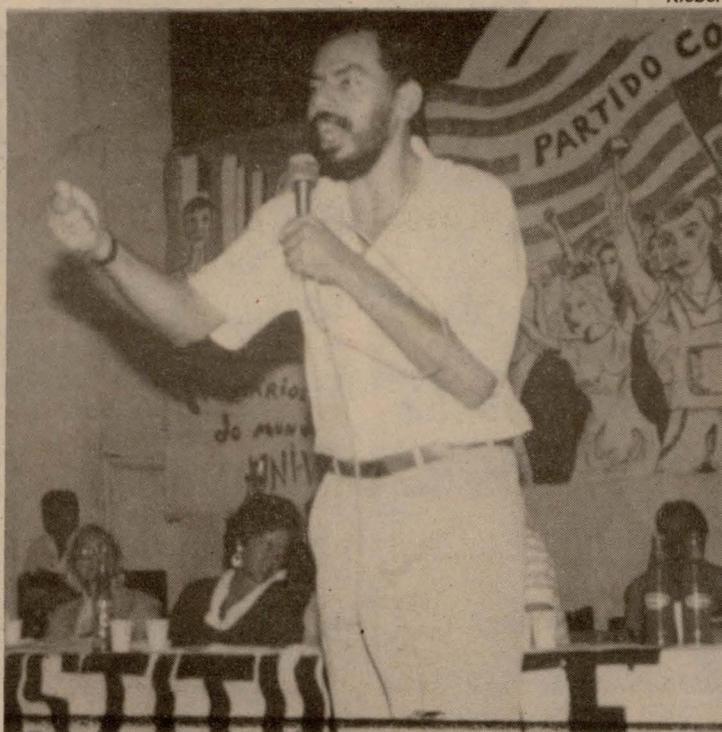
Kleber

Na campanha eleitoral em curso uma característica que vem se salientando é a atuação combativa do Partido Comunista do Brasil. Dirigentes e militantes procuram formas e meios de derrotar as forças conservadoras e reacionárias, eleger bancadas comunistas para o Congresso Nacional e Assembléias Legislativas e ampliar os efetivos partidários. Como colocar em ação na campanha todas as forças com que conta o Partido? Como dirigi-las a contento nas capitais e no interior, de forma a tornar mais eficaz sua atividade?

Existem tarefas que são diretamente assumidas e controladas pelo Comitê Regional: definição das diretrizes políticas, marca dos candidatos, slogan, logotipo, programa de rádio e televisão, são algumas delas. Mas se pretendemos ter uma campanha de massas, devemos logo imaginá-la descentralizada na ação. Esta deve ser assumida e desenvolvida pelo conjunto da estrutura partidária, envolvendo nas diversas esferas de atuação amigos, simpatizantes e apoiadores de massa.

A campanha presidencial do ano passado demonstrou a existência de uma valiosa e combativa militância no país, que na sua maior parte ainda não tem engajamento partidário organizado. Se a estrutura do PCdoB conseguir envolver nos locais de trabalho, estudo e moradia parcela considerável dessa massa de ativistas, a campanha adquirirá substância e vigor. Para isso é necessário entender o papel de coordenação, planejamento e mobilização que os comitês municipais e distritais têm nesta batalha eleitoral.

Em Fortaleza, o Partido iniciou há



Inácio Arruda, candidato do PCdoB à Assembléia Legislativa cearense, conta com a mobilização descentralizada dos ativistas.

cinco anos a estruturação de quatro comitês distritais. Hoje, esses comitês dirigem bases, têm infra-estrutura própria e auto-sustentação e coordenam a campanha nas suas áreas de atuação. A estruturação de distritais é um processo lento, difícil, que exige perseverança, paciência, muita ajuda política, teórica e ideológica por parte da direção regional.

Não se colhem resultados em pouco tempo. É necessário antes de mais nada que os distritais sintam que têm autonomia para aplicar a política do Partido na sua área.

Na campanha de Lula para a Presidência da República os comitês distri-

tais foram frequentados pelas massas e muitas iniciativas foram tomadas nas áreas política, organizativa, cultural e financeira.

Com a coordenação das direções intermediárias é possível desenvolver em Fortaleza, cidade com 850 mil eleitores, uma campanha descentralizada, a partir do interior das empresas industriais, das repartições públicas, bancos, escolas, universidades, bairros populares, que tem tudo para se transformar numa campanha de massas, a fim de eleger a chapa majoritária que o PCdoB apóia e seus candidatos ao Congresso e à Assembléia Legislativa.

Clima de luta em PE

A campanha eleitoral deste ano, no Brasil e em particular no estado de Pernambuco, apresenta-se como uma disputa dura e bastante polarizada. Nas pesquisas de opinião, o pefelista Joaquim Francisco ainda conserva larga vantagem, mas nas ruas acumulam-se os fatores que ajudam o crescimento da candidatura de Jarbas Vasconcelos, da Frente Popular.

"Em Ipojuca foi uma loucura", comentava o ex-governador Miguel Arraes, quarta-feira passada, em encontro com Jarbas Vasconcelos e Luciano Siqueira, presidente regional do PCdoB e candidato a deputado estadual, no qual se fazia uma análise do atual quadro sucessório estadual. Arraes se referia a uma caminhada na feira de Ipojuca, a 50 quilômetros do Recife, zona canavieira. O próprio Jarbas ainda citava alguns acontecimentos semelhantes, em outras áreas do interior — fator positivo que, aliado ao decréscimo lento porém consistente de Joaquim Francisco nas pesquisas, enquanto Jarbas cresce no mesmo ritmo, era responsável pelo clima otimista reinante naquela reunião dos dirigentes da Frente Popular.

Mesmo as pesquisas, que a coligação direitista usa como arma de propaganda, revelam que parte significativa da vantagem de Joaquim Francisco, oscilando entre 18 e 20%, ainda se dá pelos índices elevados que ostenta nos municípios circunvizinhos do Recife — tradicional reduto eleitoral das correntes conservadoras. Daí o entendimento de que neste momento cabe realizar uma ofensiva na Região Metropolitana.

Nisto cabe uma responsabilidade destacada à coligação proporcional "Unidade Popular", constituída pelo PCdoB e pelo PSB e que tem no ex-gover-



Luciano aposta na mobilização do povo



Renildo: "o eleitorado se anima"

nador Arraes uma liderança de reconhecido prestígio.

"Nas reuniões de residência, nos locais de trabalho, nas escolas e nos debates públicos — diz Renildo Calheiros — sinto que progressivamente aumenta a parcela do eleitorado que se anima para a luta. Agora, começando nova fase de campanha, cabe ampliar as ações de rua, dando-lhes conteúdo de massas, para levar ao vídeo exemplos concretos de mobilização do povo", conclui.

De fato, combinando-se a propaganda no rádio e televisão com ações combativas junto ao povo, as forças populares poderão disputar este pleito em Pernambuco e em todo o Brasil com posições favoráveis.

Plenárias mobilizam ativistas no Pará

Geraldo Ramos/Videfoto

sucursal

O Diretório Regional do PCdo B no Pará está realizando quinzenalmente plenárias gerais como forma de mobilizar a militância, amigos e simpatizantes do Partido a fim de programar a execução das atividades de campanha.

A última plenária, realizada no final de julho, contou com a presença do vice-presidente nacional do PCdoB, José Renato Rabelo e do senador Almir Gabriel, candidato da Frente Popular Novo Pará (PSDB, PT, PCdoB, PSB, PDT e PCB) ao governo do Estado. O dirigente nacional do PCdoB fez uma intervenção analisando o momento político e destacando a "extraordinária importância das eleições deste ano".

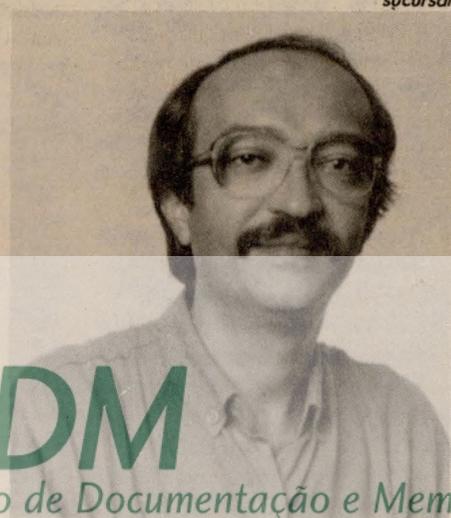
Durante a plenária foram organizados oito grupos de trabalho para detalhar as

atividades de campanha em setores como: transportes rodoviários, construção civil, servidores da saúde pública, funcionalismo público em geral, estudantes secundaristas e universitários, cultura e artes e bairros populares.

A direção regional do Partido no Pará e a coordenação da campanha avaliam que as plenárias gerais estão dando mais organicidade ao trabalho dos ativistas e possibilitando uma maior organização da campanha, passo indispensável para ganhar as ruas e conquistar o voto do eleitorado, em favor da chapa majoritária da Frente Popular Novo Pará e dos candidatos comunistas — Neuton Miranda para deputado estadual e Socorro Gomes para deputada federal.



Socorro Gomes, vereadora em Belém, é a candidata do PCdoB a deputada federal



Neuton Miranda disputa uma vaga na Assembléia Legislativa



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Um ponto a favor da UNE

Luciana de Souza Bento*

arquivo



Corredores da Universidade de Brasília. A UNE critica o ensino superior, e propõe meios para sua reorganização.

A entidade nacional dos Universitários promove em São Paulo grande encontro sobre a reforma do ensino superior, avança para o combate às práticas estreitas e renova as esperanças dos que acreditam na reorganização do movimento estudantil.

"Colegas presos, espancados, alguns gravemente feridos. É o preço da reconstrução da UNE. Não nos esqueceremos". (Revista "História Imediata", edição "A História da UNE", Ed. Alfa-Omega, 1979).

Passados onze anos de reconstrução da entidade máxima dos estudantes universitários brasileiros, a UNE realizou na USP o 5º Seminário Nacional de Reforma Universitária. Cerca de 700 estudantes dos diversos Estados do país estiveram presentes ao evento, que ocorreu entre os dias 23 e 27 de julho. Personalidades renomadas no meio político, acadêmico e científico como o presidente da SBPC, Ênio Candotti, representantes de partidos políticos (Aldo Rebelo, pelo PCdoB, João Hermann, pelo PSB e porta-vozes do PSDB, PDT e PT) e ainda entidades como a Andes e a Fasubra saudaram o ato de abertura. Os reitores das universidades de Havana, Fernando Rojas Olavos, e de El Salvador, José Luís Argueta Antillon, também vieram prestigiar o encontro.

Durante cinco dias os universitários puderam debater, discutir e assistir à palestra sobre os mais diversos assuntos referentes ao ensino superior. No primeiro

dia aconteceu o debate "Universidade e Sociedade", que teve a presença da única representante do governo Collor que se habilitou a tal façanha: a presidente da Capes e professora da USP, Eunice Durhan. Integrou também a mesa de debatedores o ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor Horácio Macedo, que se contrapôs frontalmente à política entreguista do Ministério da Educação e às posições sustentadas pela professora Eunice. Esta, aliás retirou-se logo depois de fazer sua intervenção.

Presença de educadores renomados, e de reitores de Cuba e El Salvador

A noite do debate versou sobre "Ensino, Pesquisa e Extensão". E teve como palestrantes o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência — SBPC —, Ênio Candotti, o presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior — Andes —, Carlos Baldijão, professor da USP e geógrafo emérito, Aziz Ab Saber e o ex-reitor da Universidade de Brasília — Unb —, Cristóvão Buarque.

Na quarta-feira discutiu-se "Autonomia e Democracia", com a presença da professora Helena de Freitas, presidente da Associação dos Docentes da Universidade de Campinas, de Pedro Alcântara, presidente da Federação das Associações de Servidores das Universidades Brasileiras, e do professor Newton Lima Neto, vice-reitor da Universidade Federal de São Carlos.

O debate sobre "Financiamento da Universidade", que ocorreu no mesmo dia,

teve presença da professor da UnB, Jacques Veloso, de Elias Jorge, diretor da Andes, e de José Carlo de Almeida, reitor da PUC da Bahia.

Unida, diretoria da UNE vê no evento "um saldo extremamente positivo"

O último dia de debates teve como programação um painel sobre "Avaliação do ensino superior" e um debate sobre a América latina. Falaram um representante da Oclae, entidade que congrega as entidades estudantis latino-americanas, Manuel Farias, presidente da União Nacional dos Estudantes Secundaristas — UBES — e os reitores da Universidade de Havana e da Universidade de El Salvador.

Na opinião da diretoria da UNE o seminário teve um saldo extremamente positivo, visto que significou um marco para a nova fase que a entidade está atravessando desde seu último congresso, no ano passado. Naquela ocasião foi eleita uma diretoria proporcional, com a participação de todas as forças expressivas que atuam no movimento e a partir de então reduziram-se a polarização e o sectarismo que minavam qualquer possibilidade de avanço da entidade dos universitários. O seminário de reforma universitária demonstrou que a tentativa de resgatar a UNE está surtindo efeito, tanto no meio estudantil quanto entre as forças progressistas do país. Prova disso foram as presenças de personalidades ilustres do meio universitário e o comparecimento da quase totalidade dos palestrantes convidados.

O Coneb aprova o "perfil de universidade" por que lutarão os estudantes

Em seguida ao 5º Seminário Nacional de Reforma Universitária foi realizado um Coneb — Conselho Nacional de Entidades de Base da UNE —, que contou com a presença de 350 entidades credenciadas. O Coneb aprovou um documento-base que aponta o perfil da universidade pela qual lutam os estudantes. Tal documento foi basicamente o fruto de uma proposta da diretoria da UNE, e demonstra o amadurecimento do movimento estudantil em relação a práticas que vinham sendo adotadas nos últimos anos. Mesmo uma tentativa de tumultuar o Coneb, adotada por pequenos grupos ("Convergência Socialista", "PLP" e "Revolução") que repetiam durante todo o tempo palavras de ordem sectárias e anticomunistas, não surtiu efeito. As votações se deram sempre com vitória por larga margem para as propostas da diretoria da UNE. Cerca de 40% dos delegados presentes ao Coneb uniam-se em torno das propostas da corrente "Viração", que desde o começo do encontro organizou reuniões gerais e por bancada, para debater suas propostas.

O Coneb aprovou ainda o adiamento do 41º Congresso da UNE, que foi transferido de setembro deste ano para abril de 91, possivelmente na Universidade de Campinas. Segundo o vice-presidente da UNE, Waldemar de Souza, "esta é uma gestão de reestruturação da entidade em todos os sentidos. Ela resgata sua credibilidade entre os estudantes e se dedica na formação de chapas unitárias de es-

querda ou na constituição de diretorias proporcionais em inúmeros DCEs e Centros Acadêmicos. Além disso caminha a restauração do patrimônio material da UNE, com a reabertura da sede em São Paulo, o funcionamento da sede do Rio e a luta pela ocupação do terreno da entidade, também na antiga capital".

Também em clima de unidade, decide-se o adiamento do 41º congresso da UNE

Waldemar destaca ainda o crescimento da corrente Viração, inclusive por ter se esforçado na busca da unidade. Ele diz que em 87 a tendência tinha participação em apenas 2 DCEs de universidades federais, e hoje este número cresceu para 21.

A diretoria da UNE considerou que o adiamento do 41º Congresso era necessário, além da possibilidade de ganhar mais tempo para a reconstrução da entidade, para que o evento não coincidisse com o pleito de outubro. Estas eleições têm grande importância para a universidade e movimento estudantil, já que é preciso eleger uma bancada progressista no Congresso Nacional, comprometida com a oposição ao governo Collor e com a própria defesa do ensino público e gratuito.

Um último ponto que pesou em favor do adiamento é a falta de tempo útil para organizar, em apenas um mês, um congresso que exige infra-estrutura complexa. As dificuldades para viabilizar nos Estados a eleição dos delegados, e o custoso transporte até o local do congresso, ameaçavam resultar num evento pouco representativo e contraproducente.

* Colaboradora da Classe

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

A brutalidade que protege o capital

Rogério Lustosa

Um ferramenteiro nos EUA trabalha 40 horas por semana e recebe 15,76 dólares por hora. Seus colegas brasileiros, que trabalham na Ford, por exemplo, trabalham 44 horas e recebem US\$ 1,95 por hora.

A imprensa noticia que o maior assalto na história do Brasil foi em Salvador, no início de julho. Mas enquanto estes assaltantes levaram cerca de 1 bilhão de cruzeiros, o governo Collor confiscou de uma só vez, através de medida provisória, 115 bilhões.

Violência da Fome

Falam muito nos "prejuízos" que a Ford teve com a greve. Provavelmente não teve prejuízo nenhum, apenas lucrou menos. Mas os 13.81 dólares de diferença no salário dos ferramenteiros, por hora, significam menos leite, carne, pão, roupa, escola, tratamento de saúde, etc, para milhões. No Brasil, 73% dos trabalhadores recebem menos que 25 mil cruzeiros por mês e 18% recebem menos de 10 mil.

Comentam a violência dos assaltantes. Mas a força de que dispõe é incomparavelmente inferior à da repressão. Tanto que já estão presos. Mas o presidente que praticou o confisco, é chefe das Forças Armadas. E amparado neste poder, edita uma média de três medidas provisórias por semana, violando abertamente a Constituição. Sistemáticamente em defesa da Ford e das grandes empresas e contra os interesses dos que trabalham.

Regras dos Poderosos

É duvidoso que o método de luta adotado por parte dos empregados da Ford na condução da greve seja o mais correto. Mas é importante que a classe operária não se deixe iludir pela propaganda burguesa e pela condenação absoluta do direito dos oprimidos se rebelarem.

Os dados citados acima e a comparação, embora um pouco forçada, com os assaltos a bancos servem para revelar que a violência fundamental na sociedade é aquela exercida pelas classes dominantes contra a imensa maioria da população. As leis, as armas, as instituições, estão a serviço de um determinado sistema de exploração. O justo e o injusto, o certo e o errado, são aferidos pelos valores dos que detêm o poder.

Se pretendem libertar-se deste sistema de opressão — e a história da humanidade o demonstra diariamente — os trabalhadores precisam, encontrar formas de luta que os conduzam ao poder. Só assim poderão construir um novo edifício social apoiado na fraternidade e na igualdade social.

Fosso de Classes

Quando Marx chama a violência de parteira da história, apenas reconhece que sem quebrar a violência instituída pelos poderosos, os oprimidos não conseguem alcançar um novo patamar de vida, onde a violência seja suprimida. Muitos não gostam, mas esta é a dialética das sociedades divididas em classes. Imposta pelos dominantes, pelos burgueses da Ford, Volks, Mercedes, Votorantim, Bradesco, Itaú, pelas medidas tipo plano Collor, pelas UDRs e outras tantas.

A brutalidade capitalista é tão grande e a propaganda para justificá-la tão vasta que às vezes nos limitamos a comparar os salários dos ferramenteiros americanos e brasileiros — já absurdamente desiguais. Como comparar os salários de qualquer um deles com os lucros de seus patrões? A diferença social não é entre trabalhadores que ganham um pouco mais ou pouco menos. O grande fosso é entre quem trabalha e quem explora a força de trabalho. A violência burguesa é para assegurar esta estratificação de classes.

* da direção nacional do PCdoB

Renovação tecnológica nas fábricas coloca novas tarefas partidárias

João Batista Lemos*

Na edição passada apresentamos aspectos novos da realidade nas fábricas surgidos com a automação e outras inovações tecnológicas. Neste artigo, damos seqüência à análise, ressaltando as reivindicações operárias decorrentes dessa nova realidade e apontamos algumas tarefas imediatas para a construção do Partido nas fábricas.

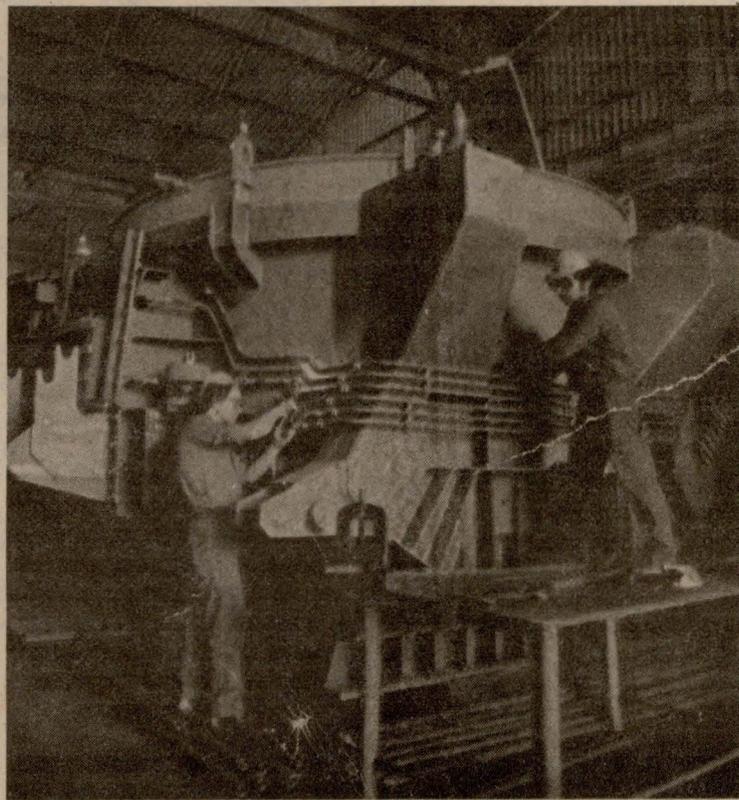
O processo tecnológico no Brasil não só incorpora a automação microeletrônica como também novas concepções de organização no processo produtivo.

O sistema Kan-Ban, visa concretizar os cinco famosos lemas: zero defeitos, zero papéis, zero estoque, zero paralisações, zero atrasos, já utilizados na Toyota e outras empresas. O sistema Just-in-Time já utilizado nas grandes montadoras consiste no desenvolvimento de várias linhas de ação tais como, sistema Kan-Ban que busca administrar os estoques; controle de qualidade em cada fase do processo (Jidoka em japonês) e flexibilidade da mão de obra (trabalho em grupo, polivalência). O.C.C.Q (Círculo de Controle de Qualidade), objetiva aumentar a produtividade, diminuir o custo de produção e garantir melhor qualidade. Na Metal Leve, experimentam um sistema chamado Célula, trabalho em equipe.

Estes sistemas não só têm o objetivo de alcançar maior produtividade, mas também, envolver e iludir os operários, cooptá-los e estimular a concorrência, fazendo com que se sintam parte da "família da empresa".

As inovações tecnológicas e os novos sistemas organizacionais, como parte da estratégia da burguesia monopolista no mercado mundial, tornam necessário desenvolvermos a visão estratégica da luta e da construção do Partido nas empresas e na classe operária.

Nas lutas imediatas, devem ser fortalecidas as reivindicações sistematizadas pelo sindicalismo para ampliar os benefícios da tecnologia a favor dos operários. São de grande valia, para educar, organizar e fortalecer o movimento sindical e operário exigências como a redução da jornada de trabalho, controle do ritmo de trabalho, aposentadoria antecipada por tempo de serviço, criação de comissões de fábricas, autonomia para as CIPAs, delegado sindical, maior acesso a informações da nova tecnologia a ser implantada nas fábricas, entre outras.



A profissionalização da classe operária exige atuação qualificada do Partido

Chamamos também a atenção para a luta parlamentar, denunciando e apresentando projetos alternativos em relação à lei de informática e ao novo projeto anti-nacional e anti-democrático do Sr. Collor através do CONIN (Conselho Nacional de Informática e Automação), imposto por decreto, que vem acabar com a reserva de mercado.

Tarefas imediatas

Sobre a construção do Partido, estas informações apontam para as direções e organizações de base algumas tarefas imediatas:

- Sistematizar as ricas experiências já existentes de construção do Partido em grandes fábricas.

- As células e cada militante do Partido devem pesquisar e conhecer a fundo o processo produtivo nas empresas. Dominar o assunto, descobrir seus pontos estratégicos, as contradições e os anseios dos operários. As CIPAs, as delegacias sindicais e as comissões de fábricas, têm sido importantes veículos e instrumentos de luta para este objetivo. E também como perspectiva de dirigir a própria empresa, com a conquista do regime socialista.

- Deslocamento de quadros para dentro das grandes empresas. As experiências têm mostrado que com essa medida o trabalho político torna-se

muito mais produtivo e conseqüente.

- Estimular nossos militantes operários a uma maior profissionalização no campo técnico-eletrônico, mecânico, etc. Como também setores da nossa juventude ao estudo técnico, de engenharia e informática, a fim de incorporarem-se na produção, trazendo o vigor do desejo de um futuro brilhante e socialista.

- Fortalecer e relacionar a atividade do Partido com a atuação no sindicato e a construção da Corrente Sindical Classista, nas empresas e na categoria.

A fim de "conduzir" o processo de modernização tecnológica, não basta os operários adquirirem maior poder de negociação para interferir na implantação da nova tecnologia, como pensam os reformistas e socialdemocratas segundo os quais "para empresa forte, sindicato forte".

Esta luta não se limita ao sistema capitalista, deve dirigir-se para a derrocada deste sistema. A solução virá quando os operários deixarem de ser mera mercadoria ou "robô humano" para serem sujeitos e agentes do processo produtivo. Isto só é possível com a apropriação dos meios de produção que também são frutos do seu trabalho, pela classe operária, com a revolução socialista, enfrentando os novos desafios da nossa época.

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
da direção nacional do PCdoB

Glênio e Alírio mortos em acidente

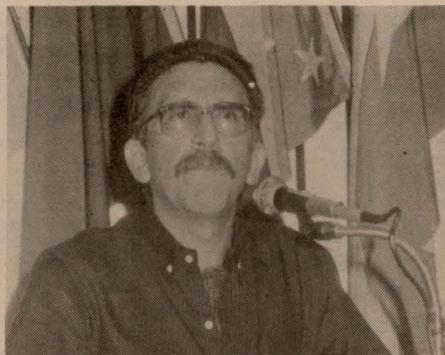
* Christian Vasconcelos

No dia 26 de julho dois dirigentes do Partido Comunista do Brasil no Estado do Rio Grande do Norte, Glênio Sá, candidato ao Senado, e Alírio Guerra, candidato a deputado estadual, perderam a vida num acidente automobilístico entre as cidades de Coronel Ezequiel e Jaçanã, na região Agreste do Estado. Com eles estavam também o advogado Antenor Roberto, candidato do PCdoB a deputado federal, e o bioquímico Valdo Teodósio, que ficaram feridos.

Surpreendida pela tragédia que levou as vidas de dois de seus mais queridos e valorosos filhos, Natal acordou com seu brilho solar ofuscado por esta dor tão doída e, somando-se aos militantes do Partido Comunista do Brasil, familiares e amigos de Glênio e Alírio, chorou esta partida sem volta.

Alírio e Glênio foram destacados militantes das causas mais nobres da humanidade, inquietaram-se ante as injustiças marcantes na vida de nosso povo e dedicaram toda a sua existência a esta incansável luta contra as discriminações e o arbítrio, intervindo em cada momento crucial de nossa história.

O Partido Comunista do Brasil, neste momento de grandes lutas políticas em todo o país, sente-se duramente atingido com a perda de dois de seus melhores quadros que empunharam durante toda a sua vida, com vigor e combatividade, a bandeira do socialismo. Orientaram toda a sua ação para a conquista desse objetivo libertador, o que os dignifica diante de todos aqueles que os conheciam. Em especial os trabalhadores e democratas do Rio Grande do Norte sabem a lacuna deixada por esses companheiros, pois era ao lado do povo trabalhador e dos idealizadores de uma sociedade democrática e livre que estavam Glênio e Alírio, colocando à disposição dessa causa toda a sua sabedoria e experiência.



Glênio Sá

Desde o dia do acidente, a sede regional do PCdoB e as residências de nossos camaradas se tornaram verdadeiros depósitos das mais calorosas mensagens de solidariedade vindas de todo o Brasil, dos mais diferentes segmentos da sociedade, como milhares de telefonemas e telegramas. As chamadas telefônicas para a residência do companheiro Alírio chegaram a ficar interditadas, levando-se até quatro horas para se conseguir uma ligação.

Como prova do reconhecimento incontestável ao valor dos camaradas, diversas entidades e partidos políticos se colocaram à disposição de nosso Partido naquele momento, além de tomarem iniciativas próprias no sentido de registrar diante da sociedade seu grande pesar, com manifestações na imprensa, com notas assinadas por todos os sindicatos e partidos políticos. Categorias diversas se lançaram também em homenagens voluntárias, como a inauguração do auditório do Sindicato dos Comerciantes, que levará



Alírio Guerra

o nome do grande sindicalista Alírio Guerra; a inauguração do pólo de lazer do Sindicato dos Empregados no Asseio, Limpeza e Conservação Urbana, que também se chamará Alírio Guerra; além da reinauguração do necrotério do Hospital da cidade de Cuitó, na Paraíba, que recebeu o corpo, em homenagem a esse guerreiro.

No final da sexta-feira, 27, dia de muita dor, enquanto o sol começava a corar a terra no seu ritual diário de se esconder para acordar no dia seguinte, também seguiam Alírio e Glênio em outro ritual e, infelizmente, para não voltarem mais.

Centenas de carros e ônibus que se deslocavam lentamente num grande cortejo marcado pelas bandeiras vermelhas dos partidos e da Central Única dos Trabalhadores eram saudados em todas as ruas por inúmeras pessoas que se punham nas calçadas para também darem o seu último adeus àqueles que por tanto tempo foram seus porta-vozes na luta por uma sociedade justa e igualitária.

A certeza de que Alírio e Glênio continuavam vivos entre nós se manifestou durante a caminhada de pelo menos 500 metros, quando se cantou a "Canção da América", de Milton Nascimento e Fernando Brandt, insistindo que "amigo é coisa prá se guardar do lado esquerdo do peito" e reafirmado o vigor das suas vidas, gritávamos seus nomes acrescidos da frase "está presente".

A chegada ao cemitério, no que pese todo o sofrimento vivido pelos militantes do PCdoB, companheiros do movimento sindical, popular e democrático e, particularmente, seus familiares, foi um momento marcante e de muita emoção. Ali mais uma vez era reafirmada a presença de toda a sociedade através de centenas de coroas de flores enviadas pelos mais diferentes segmentos.

Nessa ocasião, deu-se início a um ato político, com a execução do Hino Nacional, simbolizando os grandes cidadãos, os grandes políticos e os patriotas que o Brasil perdia, sobretudo o Brasil sofrido e marcado pelas injustiças. Com a presença de uma representação do Comitê Central, dos membros do Comitê Regional do PCdoB, de diversos segmentos políticos locais e os familiares, registraram-se citações considerando que o maior legado deixado pelos camaradas foi as suas idéias libertárias, acrescentando "ser preciso ter muitas vidas para se despedir de companheiros como Glênio Sá e Alírio Guerra".

Ao som do hino internacional dos oprimidos, "A Internacional", os camaradas foram levados ao último leito, envoltos nas bandeiras vermelhas do Partido Comunista do Brasil.

*membro do Comitê Regional do PCdoB no RN

Militantes exemplares

Dynéas Aguiar*

Vítimas de trágica ocorrência, faleceram os camaradas Glênio de Sá e Alírio Guerra e ficaram feridos os camaradas Antenor Roberto e Valdo Teodósio. O acidente ocorreu quando cumpriam tarefas do Partido ligadas à campanha eleitoral.

Os camaradas Glênio e Alírio vinham se projetando no Rio Grande do Norte como lideranças comunistas com grande base popular.

É uma grande perda para o nosso Partido no Estado e nacionalmente. Suas militâncias foram interrompidas num momento em que atingiam plena maturidade pela experiência acumulada de dezenas de anos de dedicação integral à causa revolucionária do proletariado e do povo brasileiro.

Glênio e Alírio se incorporaram à luta no período da ditadura militar. Estudantes, participam das gloriosas batalhas que marcaram a presença da juventude em defesa da soberania nacional e das liberdades democráticas no final da década de 60.

Após a decretação do AI-5, Alírio passa à clandestinidade e continua atuando no Nordeste.

Glênio, nessa época, desloca-se para o campo. Junto a dezenas de outros militantes do PCdoB, organiza a resistência ao banditismo e ao terrorismo do ditador Garastazu Médici.

Em abril de 1972, quando as forças armadas atacaram os moradores do Sul do Pará, Glênio se encontrava entre os que enfrentaram audazmente a violência do regime militar. Glênio foi elemento ativo das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Preso, foi dos poucos que conseguiu sobreviver às torturas e sevícias que sofreram os que caíram nas mãos dos detentores do poder.

Juntamente com Alírio e outros camaradas,

procura imediatamente reorganizar o Partido no estado.

Esta reestruturação exigia não só dedicação mas, igualmente, capacitação política e firmeza ideológica para enfrentar os ataques que grupos anticomunistas, posando de "esquerdistas", desencadearam contra o PCdoB.

O agrupamento de comunistas que foi se constituindo em torno de Glênio e Alírio repudiou a tentativa dos divisionistas que tentaram rachar o Partido em 79/80. Desde então, o Partido no Estado cresceu, expandiu sua organização não só na Capital como também em um bom número de municípios do interior. Politicamente a nossa influência vem se consolidando no movimento sindical, popular, na organização das mulheres e da juventude.

Estes êxitos, fruto da atividade abnegada de nossos militantes potiguaros, devem-se também ao exemplo de combatividade e dedicação ao Partido e à revolução, que sempre foram as marcas de Glênio e Alírio.

O exemplo de dedicação ao Partido e à luta do proletariado que marcaram as vidas e a militância de Glênio e Alírio servirá de estímulo e fator de educação para os atuais militantes do Partido e para as centenas de milhares de novos membros, que sem dúvida alguma, irão se incorporar às fileiras do Partido Comunista do Brasil.

Nós comunistas, militantes e dirigentes do PCdoB reverenciamos nossos heróis, nossos mártires e os camaradas que tombaram em seu posto de combate, convictos da causa que abraçamos, a mais nobre na atual sociedade. Sua vitória demonstrará que nenhum sacrifício foi em vão, pois sem luta e abnegação não pode haver liberdade para o povo e independência para a Nação.

* da direção nacional do PCdoB

Mensagem de Amazonas

O presidente nacional do PCdoB enviou mensagem de condolências aos comunistas potiguaros e às famílias de Glênio e Alírio:

Profundamente consternados pela notícia do acidente que roubou a vida dos nossos queridos camaradas Glênio e Alírio, enviamos aos comunistas do Rio Grande do Norte e às famílias dos mortos sentidas condolências.

O desaparecimento desses dois camaradas, que dedicaram o melhor de sua existência à luta pela liberdade, a independência nacional e o socialismo, em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo, representa um duro golpe para o Partido.

Fica, porém, o seu grande exemplo de abnegação e combatividade, como dirigentes e militantes comunistas, que há

de inspirar os camaradas do Rio Grande do Norte na tarefa de levar adiante os ideais que eles defenderam como dignidade e ânimo revolucionário.

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil inclina suas bandeiras de combate em homenagem aos camaradas Glênio e Alírio, mortos no cumprimento de tarefas políticas do Partido. Seus nomes serão sempre lembrados por todos os que lutam por um mundo livre e progressista.

JOÃO AMAZONAS

pelo C.C. do PCdoB

Solidariedade dos amigos

O Partido Comunista do Brasil recebeu inúmeras mensagens de condolências pelo falecimento de Glênio e Alírio. Entre estas, destacamos:

A Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores tem doloroso pesar de comunicar a morte dos companheiros Glênio Sá e Alírio Guerra em acidente automobilístico na cidade de Jaçanã, no interior do Rio Grande do Norte. O companheiro Glênio Sá era militante do PCdoB e candidato da Frente Popular Potiguar ao Senado Federal. O companheiro Alírio Guerra era destacado militante sindical classista da CUT e candidato à Assembléia Legislativa. Lamento a morte de tão valorosos companheiros. A Comissão Executiva do PT se associa à dor de todos os socialistas e democratas do Rio Grande do Norte. Transmite às famílias de Glênio Sá e Alírio Guerra as mais sentidas condolências.

Luis Inácio Lula da Silva, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores

Família socialista brasileira, profundamente consternada, lamenta perda irreparável de combativos companheiros Alírio Guerra de Macedo e Glênio Sá.

Roberto Amaral, secretário-geral do PSB e Jamil Haddad, presidente nacional do PSB.

Profundo pesar pelo falecimento Glênio Sá e Alírio Guerra de Macedo. Nação lamenta falecimento dois grandes patriotas.

Vereador Arcelino Tatto, líder do PT na Câmara Municipal de São Paulo.

Lamentamos o brutal acidente que vitimou os amigos e companheiros Alírio Guerra e Glênio Fernandes de Sá, valorosos lutadores das causas justas. Os latino-americanos de origem palestina estão solidários neste momento de tristeza com todos os seus familiares e membros do Partido.

Comitê de Defesa da América Latina e Caribe Prof. Hanna Yousef Safieh Ali Al-Khatib

URSS: a marcha da desintegração

Na medida em que avança e se torna inexorável o movimento de desintegração da URSS, com a concomitante criação de várias repúblicas soberanas e/ou independentes, ameaça conduzir, de rolão, também o governo Gorbachov e sua *perestroika*, além de acrescentar cores sombrias na perspectiva histórica do país.

O regime liderado por Gorbachov tem reagido de forma dura e autoritária para se contrapor à tendência em marcha, negando o elemento direito democrático à autodeterminação dos povos, procurando resolver o dilema com intervenção militar, como no Cáucaso e na Quirquízia, chantagens (na Lituânia e em todo o Báltico) e vagas promessas.

Para quem observa os acontecimentos em curso, ficam claros os limites do liberalismo e do democratismo de Gorbachov e Cia., a reprodução da política dos czares para manter milhões submetidos à opressão nacional (inclusive a promoção de *pogroms* — ou massacres) significa a desmoralização da *glasnost* e patenteia sua falsidade.

Mais que isto, entretanto, a prática tem mostrado que a repressão, embora possa garantir a manutenção do domínio de uma nação sobre outra durante determinado tempo, não elimina o conflito nacional, pelo contrário tende a agravá-lo, radicalizando os ânimos. Neste sentido, a história repisa na União Soviética uma velha lição captada por Lênin no início do século, de que a convivência pacífica entre as nações pressupõe o mais amplo democratismo, inclusive e fundamentalmente o exercício da vontade de separação, o direito à autodeterminação.

O confronto entre os interesses de autopreservação do regime e a generalização do nacionalismo, o separatismo, entre as repúblicas vem se agravando rapidamente. Há poucos dias Rússia e Ucrânia, que declararam soberania, tomaram medidas no sentido de controlar o sistema financeiro, em detrimento de Moscou, e o poder central baixou decreto contra tal pretensão, procurando preservar a centralização das finanças na URSS.

A república da Geórgia, conforme seu atual presidente, Givi Gumbaridze, "caminha para a anarquia". No dia 30 de julho, o Ministério das Ferrovias da URSS suspendeu o abastecimento da república por via férrea, gerando uma escassez geral na região. A

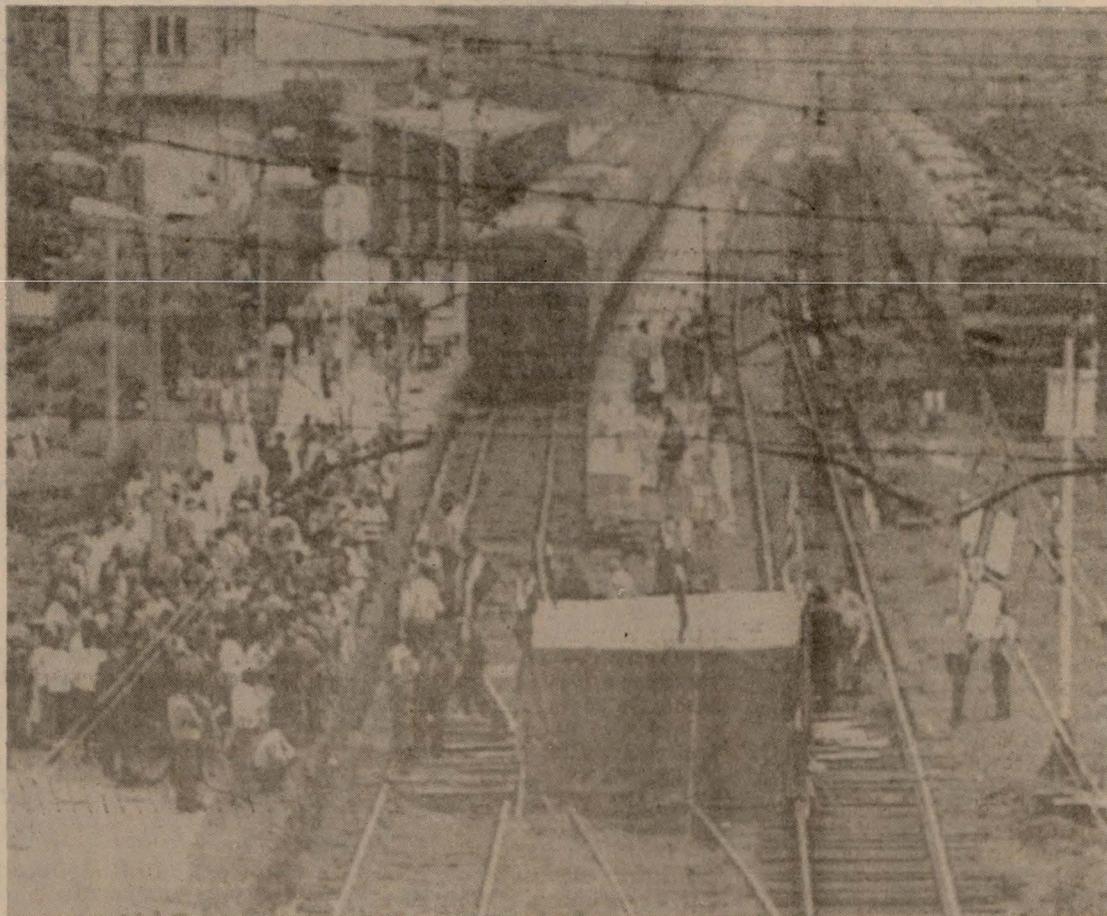
medida respondia à radicalização do confronto entre governo e oposicionistas (nacionalistas), que há dias bloqueiam 200 trens no tronco de Samtredia para reivindicar reformas democráticas.

A crise tem se refletido numa certa impaciência e desagregação também nas fileiras militares. Grupos nacionalistas estão se armando e são constantes os confrontos com a polícia e o exército dentro do país. Nesses dias esgota-se o prazo (de 15 dias) estipulado em decreto pelo governo Gorbachov para que as milícias formadas no país, especialmente na Armênia, sejam dissolvidas e entreguem, de bom grado, suas armas. Se isto não ocorrer, e tudo indica que não vai (líderes nacionalistas armênios deixaram claro que não aceitam tal ordem), o exército será mobilizado, o que pode se traduzir num banho de sangue e, de qualquer forma, eleva a níveis explosivos a temperatura dos conflitos nacionais.

Não faz muito tempo um oficial do exército soviético foi morto por nacionalistas armênios, mas a tendência à desagregação das forças armadas ganhou novo, e expressivo, reforço dia 30 de julho. O parlamento da república da Ucrânia aprovou, por 282 votos contra 31, uma resolução proclamando o Ministério da Defesa da URSS a devolver à nação até o dia 1º de outubro todos os soldados ucranianos que estão a serviço das forças armadas soviéticas em regiões de conflito, como Quirquízia, Azerbaijão e Armênia, e nos demais lugares até 1º de dezembro.

"Este é o primeiro passo para a formação das Forças Armadas da Ucrânia", declarou Ivan Drach, líder do grupo nacionalista local Rukh, acrescentando: "Nossos filhos não devem estar envolvidos em conflitos étnicos. Soberania não passa de uma folha de papel se o país não tem sua própria força."

A reação do governo central e dos chefes militares tende a ser dura, mas dificilmente logrará manter a unidade das forças armadas e da URSS. Os ventos sopram a favor da desintegração do império soviético, que a esta altura ganha contornos de um fenômeno incontornável. O previsível aumento da violência, entretanto, poderá não apenas desmoralizar um pouco mais o já caricato liberalismo de Gorbachov como também precipitar o fim do regime revisionista.



Nacionalistas bloqueiam trens na Geórgia. Moscou ameaça com o exército e eleva a temperatura do conflito

O imperialismo alemão amplia sua presença no Leste europeu

Um recente estudo elaborado pela empresa de consultoria "Central European Investments" sobre o Leste europeu constata algo que era de se esperar, o gradual domínio do capital da Alemanha Ocidental sobre as economias da região. A empresa analisou, basicamente, a situação de três países: Polônia, Hungria e Tchecoslováquia, restringindo-se à análise dos chamados investimentos diretos realizados pelas multinacionais, o que exclui os empréstimos do sistema financeiro internacional.

Do total de investimentos do gênero na Hungria, por exemplo, o capital alemão responde por 30%, seguido de perto pela Áustria, com 28%, Suíça, 14%, e depois, com participações bem inferiores, os Estados Unidos, Inglaterra e Suécia.

Na Polônia, 35% dos investimentos foram realizados por multinacionais alemãs, 9% pelos suecos, vindo depois a Áustria e Estados Unidos, com uma participação de 6,5% cada, enquanto franceses e britânicos dividem cerca de 8%.

A Tchecoslováquia é o país com menor índice de privatização da economia, em torno de 3%, segundo o estudo, enquanto Hungria e Polônia

já contam com uma participação de aproximadamente 15%.

Além de evidenciar a expansão do imperialismo alemão na região, as informações refletem o refluxo e declínio da economia e das multinacionais norte-americanas, cuja presença é cada vez mais limitada, expressando uma crescente incapacidade de exportar capitais. Ao mesmo tempo, a virtual ausência do Japão revela a preferência deste país em ampliar seus interesses econômicos, antes de tudo na Ásia, e especialmente na China.

Os dados comprovam, ainda, a debilidade do imperialismo soviético, que não apenas cede espaço à Alemanha como procura um espaço secundário na Europa debaixo do guarda-chuva da potência emergente. Os dramáticos apelos de Gorbachov por "ajuda" retratam esta realidade.

Contudo, o investimento direto não dá senão uma pequena dimensão da tendência na região, visto que não é a principal forma de penetração do imperialismo nos dias atuais. Conta, sobretudo, a concessão de empréstimos bancários — e, neste aspecto, já no final da década de 70 o Leste europeu deixava de se movimentar dentro da órbita soviética pa-

ra cair nos laços do Ocidente.

O estoque da dívida externa na região (crescente, e hoje superior a 100 bilhões de dólares) é incomparavelmente maior — e rende mais — que os investimentos diretos. A participação relativa da Alemanha também aí é grande — com uma nítida tendência para aumentar, como mostra, entre outras coisas, a aprovação de um empréstimo de 3 bilhões de dólares à economia soviética, para manter Gorbachov e sua "perestroika".

Se a re inserção do Leste europeu na órbita imperialista (do Ocidente) já estava em processo nas décadas anteriores, a verdade é que as mudanças levadas a efeito nos últimos dois anos precipitaram a transição e introduziram um novo elemento na crise do imperialismo, demandando novos investimentos na região e alterando o fluxo de capitais no mundo. Assim, os reempréstimos à América Latina no ano passado, para aliviar a crise do endividamento, caíram razoavelmente e como contrapartida ao crescimento do volume do crédito destinado ao Leste europeu. A formalização do fim do Comecon, ao lado da da região, certamente contribuirão para acelerar esta tendência.

Levante indígena no Equador

Junho de 1990, um mês que entrou definitivamente na história do Equador, foi marcado por uma grande insurreição indígena, no desdobramento da luta em defesa da vida e dos direitos das nacionalidades nativas, pela posse da terra (registram-se hoje no país pelo menos 70 conflitos pela terra), congelamento dos preços de produtos industrializados de primeira necessidade e em torno de outras bandeiras. O levante, olímpicamente ignorado pela grande imprensa brasileira, abrangeu várias regiões do país, e contou com amplo apoio de todo o povo, especialmente na bacia Amazônica. Os indígenas, que sofrem uma opressão secular desde a conquista do Equador pelos espanhóis e a derrubada do Império Inca em 1533, constituem 40% da população (que totaliza cerca de 10 milhões).



A grande concentração em Latacunga. Os indígenas exigem o respeito aos direitos de suas nacionalidades e o fim da opressão secular.

O jornal "En Marcha", órgão do Partido Comunista Marxista-Leninista do Equador (edição nº 797), dá alguns detalhes da luta nas diversas regiões do país. Na província de Imbabura a insurreição contou com a participação das comunidades Quinchuquí, Iluman, Huaycopungo, Pijal e San Rafael, entre outras.

Os indígenas bloquearam as estradas com gigantescas pedras e madeiras. As forças repressivas agiram com violência para conter o levante, numerosos manifestantes foram detidos, feridos, e alguns estão desaparecidos. Casas foram destruídas, animais domésticos mortos num saldo de extrema brutalidade depois da ação dos guardiões do sistema em Gonzáles Suárez, "de onde praticamente se bombardeou esta zona", conforme o jornal "En Marcha".

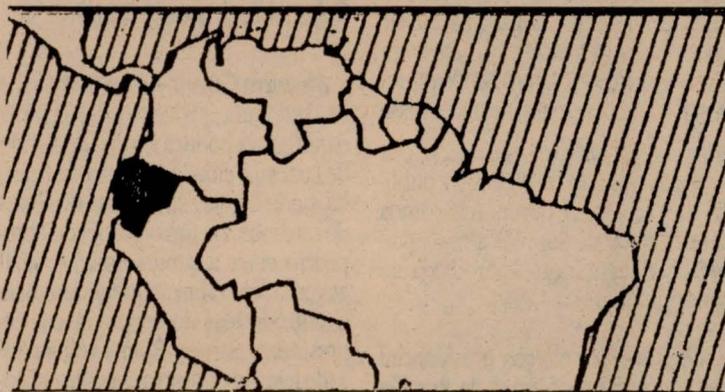
Pichincha

Nesta província foi tomada a igreja de São Domingos dias antes da insurreição, sendo que cerca de 200 populares jogaram um importante papel na difusão da luta indígena. No mesmo templo, oito homens e três mulheres se declararam em greve de fome para exigir que o governo atenda suas demandas.

Durante os dias do levante foi na zona de Cayambo, principalmente, que se desenrolaram as lutas. Camponeses e indígenas de Guachalá, Ayora, Cangagua, Buena Esperanza e Santa Clara se rebelaram; os militares foram incapazes de conter a luta e tiveram de recorrer a reforços dos quartéis Vencedores e Yaguachi da cidade de Quito. Na entrada norte da capital, na altura de Calderón, as vias foram bloqueadas esporadicamente.

Cotopaxi

Também nesta província árvores gigantescas bloquearam as estradas e a grande



maioria das comunidades estava em pé de guerra. As forças especiais do exército não conseguiram conter a avalanche de descontentamento; embora desbloqueassem um certo trecho da estrada, um quilômetro mais abaixo ou mais acima encontravam novos bloqueios.

O aparato repressivo tentou deter e impedir a marcha até a cidade de Latacunga, mas não logrou êxito e em muitos lados teve de resignar-se a contemplar a ordenada e disciplinada marcha dos indígenas até a cidade. Muitos motoristas de caminhão, para chegar até Latacunga, tiveram que cumprir um requisito imposto pela luta, de transportar os indígenas que desejavam participar da concentração na cidade.

Cerca de 30 mil indígenas e camponeses se concentraram na Praça do Salto, em Latacunga, onde a solidariedade da população se manifestou através da doação de alimentos e decidido apoio ao movimento. Toda esta ação foi acompanhada da ocupação das fazendas de Rumiquincha, Atocha e Tigua, esta última de propriedade do ex-ditador Rodríguez Lara.

Tungurahua

As ações se iniciaram com certa antecedência, através da obstrução do trânsito

nas estradas. Destacada foi a participação das comunidades de Quisapincha, Llangagua, Tamboloma, Pilahuín, Tizaleo, Salasaca e Chilibules.

Milhares de camponeses marcharam pela cidade de Ambato, concentrando-se no estádio de Bellavista, onde o governador e o bispo tiveram de abandonar os discursos demagógicos e foram forçados a sentar-se no chão e escutar as reivindicações dos indígenas, tendo também de firmar acordos e aceitar parte das demandas que impulsionaram a jornada de lutas.

Chimborazo

Conforme "En Marcha", "talvez se possa dizer que esta foi a província que maior combatividade teve. A paralisação das estradas cobriu quase a totalidade da região, sendo grandes os contingentes de indígenas que bloqueavam os caminhos e outras vezes cumpriam este papel grandes pedras e outros materiais".

A ação repressiva, de acordo com o relato do jornal, foi brutal, com detenções em massa, diversas pessoas feridas, utilização de helicópteros militares contra os manifestantes, disparos gratuitos, culminando com o assassinato do jovem Oswaldo Cuví Guamán, de 22 anos, pertencente à comunidade do Gatazo. Porém, a luta não parou e foi se alastrando, chegando inclusive a durar alguns dias a mais que em outras localidades.

Mais de 30 mil indígenas marcharam pela cidade de Riobamba. Os setores populares da cidade também se mobilizaram e manifestaram de diversas formas sua solidariedade e apoio ao movimento. Prepotentes latifundiários foram castigados. A fazenda El Charrón foi tomada; 14 policiais e 16 militares, mobilizados para reprimir os combatentes no setor de Moya, foram capturados e posteriormente liberados mediante acordo.

Os indígenas aplicaram durante a luta uma diversidade de formas para neutralizar e enfrentar a ação das forças repressivas. "Audácia e coragem", comenta "En Marcha", "abrigaram os páramos de Chimbarozo, não havia que perder nem uma oportunidade para converter esta jornada em vitória e estamos seguros que este foi o resultado deste duro combate, uma vitória política sobre o regime social-democrata e sua demagogia."

Outras localidades

Diversas e numerosas expressões de combate ocorreram também nas provín-

cias de Azuay, Loja e Canar, onde a solidariedade popular à insurreição esteve na ordem do dia. Na região amazônica, os indígenas se mobilizaram em Napo e Pastaza, região que foi militarizada aceleradamente para deter o levante.

"En Marcha" sublinha que "os latifundiários se amedrontaram diante da força da insurreição dos indígenas, que consideravam adormecidos e dominados. Com temor e arrogância exigem do seu governo a militarização do campo, perseguição aos dirigentes da revolta (...) posando de 'vítimas', levantam justificativas para criar e reforçar seus grupos paramilitares (...), os latifundiários e o governo anunciam ações repressivas", mas a disposição dos indígenas é continuar a luta. "A luta levada pelos indígenas e camponeses foi importante, massiva, combativa e hoje continua em outros níveis. A perspectiva de uma insurreição mais vigorosa está vigente. Levantar a luta e a solidariedade é nossa tarefa, juntos operários e camponeses, mais unidos, avançaremos pelo caminho da revolução democrática, antiimperialista, rumo ao socialismo", conclui o jornal.

Amazonas envia uma mensagem a Mandela

Por ocasião do aniversário de Nelson Mandela, que há poucos dias completou 72 anos, o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, enviou o seguinte telegrama ao líder da luta contra o apartheid na África do Sul:

Ao
Camarada Nelson Mandela
(Comitê de Recepção Nacional)
África do Sul

Vida longa a Nelson Mandela, lutador eminente contra o apartheid, em seu 72º aniversário!

Nossos melhores votos de que o povo negro irmão da África atinja sua completa liberdade!

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Getúlio Vargas
Presidente do Partido Comunista do Brasil

Maurício Correa

"Um governo déspota e anti trabalhador"

Por José Reinaldo Carvalho

No Distrito Federal, as esquerdas, exceto o PT, se uniram, formaram a Frente Popular Brasília e lançaram como candidato ao governo o senador Maurício Correa, do PDT. A chapa majoritária completa-se com os nomes de Geraldo Campos, do PSDB, candidato a vice-governador, e para o Senado com Pompeu de Souza, que concorre à reeleição. A Frente Popular Brasília é uma união de partidos progressistas — PDT, PSDB, PCdoB, PSB, PCB, PV e PEB (Partido Estudantil Brasileiro), que luta por uma plataforma democrática e popular para governar Brasília. A campanha, que começa a ganhar as ruas do Plano Piloto e cidades satélites, denuncia firmemente o governo Collor como autoritário e anti-povo, defende a soberania nacional aviltada pelo plano econômico em vigência e desmascara a demagogia e o fisiologismo do candidato oficial do Planalto, Joaquim Roriz, metade Sarney, metade Collor.

O candidato da Frente Popular de Brasília diz que seu governo terá como principal objetivo ampliar os espaços para o exercício da cidadania e democratizar o acesso aos benefícios do desenvolvimento. Para ele, a vitória eleitoral da Frente Popular fará com que o Governo do Distrito Federal seja uma trincheira avançada contra as formas autoritárias, demagógicas e populistas do exercício de poder, hoje representadas pelo governo Collor e por suas linhas auxiliares de sustentação no Distrito Federal, reunidas em torno de Joaquim Roriz.

Assim, a Frente Popular de Brasília apresenta-se na batalha eleitoral em curso como uma força política em franca oposição ao governo Collor e ao seu projeto neo-liberal de desnacionalização da economia brasileira.

Seu candidato, Maurício Correa, tem uma longa tradição de luta democrática. Na OAB, de 1978 a 1986, destacou-se na defesa dos direitos humanos contra as arbitrariedades da ditadura militar. Como senador, na Constituinte recebeu nota 10 do DIAP por defender os direitos dos trabalhadores.

Classe — Esta será a primeira eleição direta para o Governo do Distrito Federal. Qual o seu significado?

Maurício Correa — Um significado de maior relevância. É o coroamento de uma luta que vem de há muito tempo. Vários companheiros nossos de luta morreram sem tomar conhecimento desse quadro que vivemos hoje. Mas é curioso ressaltar que, embora essa luta tenha sido nossa, no instante em que conseguimos a autonomia política, há candidatos que estão se aproveitando dessa circunstância. Contudo a autonomia política de Brasília ainda não é plena, é relativa, na medida em que não temos um Poder Judiciário, um Ministério Público, mas órgãos da Justiça mantidos e organizados pela União, assim como a parte relativa à polícia. Mas, sem sombra de dúvida, é enorme o significado desta eleição, na medida em que esta cidade nunca foi governada por alguém que o povo quisesse. Há uma grande expectativa por parte das forças populares em relação a esta eleição.

Classe — Qual teria sido a melhor solução constitucional para viabilizar a conquista da autonomia plena para Brasília?

Maurício Correa — Trata-se de uma situação difícil de ser resolvida, devido à tradição de nosso direito constitucional. Historicamente, o Distrito Federal era um distrito neutro, uma unidade neutra e hoje eu o qualifico como uma entidade anômala, *sui-gêneris* dentro do contexto federativo. Quando se defendia a idéia de se criar municípios dentro do Distrito Federal e inclusive que Brasília tivesse uma autonomia tal que se igualasse a um Estado, portanto, que Brasília tivesse o seu poder Executivo, seu poder Legislativo e seu poder Judiciário, nós teríamos uma independência total dessa unidade dentro da Federação para funcionar nos termos propostos na Constituição Federal. Mas eu sempre entendi que isso era um pouco difícil na medida em que Brasília abriga o governo federal, as embaixadas, todo o complexo administrativo federal, a administração direta e indireta e fundacional do Brasil in-

teiro. A não ser que se criasse dentro do Distrito Federal um compartimento especial para abrigar os órgãos da capital da República. Mas a criação do Estado de Brasília demandaria uma engenharia política muito complicada, por isso prevaleceu a regra mais tradicional que é a manutenção do Distrito Federal dentro do seu contexto. Fomos obrigados a aceitar isso porque o antigo ministro do Exército, general Leonidas Pires, resistia à idéia de que Brasília tivesse uma autonomia total exatamente por causa da questão da segurança pública. Eles achavam e devem achar ainda que a capital da República não pode ter uma segurança subordinada ao governador, mas à União.

Classe — Na eleição presidencial do ano passado o povo de Brasília manifestou uma forte tendência a votar na esquerda. Essa tendência vai se confirmar este ano?

Maurício Correa — Hoje temos um elemento interpretativo que precisa ser examinado. A presença de um governador biônico que começou a entregar lotes a torto e a direito na periferia de Brasília. Com isso, grande parte da população marginalizada ficou reconhecida a ele. E mais, há um grande contingente de pessoas vindas de fora que se transformam em eleitores dele. Além disso, permanece a mesma estrutura de poder em Brasília, porque este governador biônico, candidato oficial de Collor, deixou o governo — mas toda a máquina está montada para atender suas necessidades eleitorais. Há nesse quadro um outro elemento desagradável para nós, que foi o isolamento do PT. Sempre entendemos que a unidade da esquerda em Brasília tinha de ser monolítica, de tal modo que não houvesse nenhuma discrepância. Mas, infelizmente, por mais que fizéssemos tratativas, não conseguimos que houvesse essa unidade, devido ao desmantelamento interno do PT. Mas, já sentimos apesar das dificuldades, inclusive financeiras, que a partir do momento em que começamos a jogar a campanha na rua, isso já está tendo reflexos no povo. Por isso eu acredito

que em Brasília mais uma vez a esquerda dará uma resposta ao Collor e a todo esse sistema oligárquico. Nossa campanha está crescendo e, sem sombra de dúvidas, vamos disputar o segundo turno para ganhar.

Classe — Apesar de o PT ter optado pelo isolamento, foi formada uma frente entre os partidos progressistas e de esquerda. Como o sr. analisa esse passo dado por esses partidos dentro da luta do povo brasileiro?

Maurício Correa — Em Brasília eu sempre tive uma profunda identidade com as forças progressistas. Agora nós conseguimos reunir todos os partidos progressistas, exceto o PT. Unimos o PSDB, o PDT, o PCdoB, o PSB, o PCB, o PV e o PEB. São correntes progressistas que estão lutando para ganhar a eleição e realizar um governo com a participação popular. Eu não tenho dúvida de que no segundo turno, sem querer ser exageradamente otimista, o PT irá nos apoiar.

Classe — O sr. tem dito que Joaquim Roriz é metade Sarney, metade Collor. Afinal, quem é Roriz?

Maurício Correa — Esse homem na verdade é um aproveitador. Tem uma experiência política antiga, é oriundo de Luziânia, cidade próxima de Brasília, onde é dono da maioria dos lotes de terrenos. Há uma relação de compadrio entre a família Roriz, o atual governador, Valim, a quem pertencia o sítio São José do Pericumã, e o ex-presidente Sarney. É uma velha amizade feita de encontros bucólicos. Roriz foi nomeado por Sarney governador biônico de Brasília. Hoje ele se transformou no candidato de Collor, de quem foi ministro. Durante seu governo, por mera demagogia, distribuiu lotes para a população pobre, sem se preocupar com mais nada, porque o chamado assentamento de famílias se transformou num verdadeiro afavelamento. Ele se envolveu em vários escândalos. Por exemplo, pediu um empréstimo de 200 milhões de dólares, parte à Caixa Econômica, parte ao BID, para a ampliação do sistema de abastecimento de água de Brasília. Como não houve uma preparação completa do plano de obras, o contribuinte pagou 320 mil dólares pelo descumprimento do programa. Além disso, houve descaso em relação aos problemas sociais. A Fundação do Serviço Social não existe mais porque desmantelaram tudo. A rede hospitalar de Brasília, que no início e pela concepção de sua forma sistêmica, era a melhor rede hospitalar do Brasil, hoje é a mais caótica, a mais traumática. Na educação não se fez nada, no setor de transportes há um conluio entre três empresas que exploram o transporte público e há ainda um cartel imobiliário, composto pela Encol, que é uma empresa ligada a Roriz e ao presidente da República, a empresa do Paulo Otávio que é amigo de casa e vizinho do

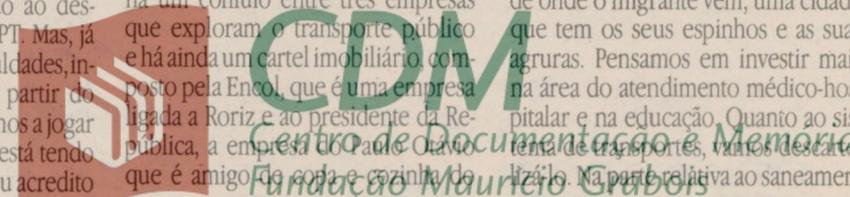
presidente Collor e a do sr. Luís Estevão. Esses três homens comandam o cartel imobiliário, ganham as concorrências que aparentemente são honestas mas no fundo um jogo de cartas marcadas. O grande empresariado de Brasília apóia Roriz que está fazendo uma campanha milionária.

Classe — A propósito, como está a influência do poder econômico nesta campanha eleitoral?

Maurício Correa — Começa por aí: ele foi governador biônico e só há quatro meses deixou o poder, o que é anti-ético. Mas como a questão está na Justiça, vamos esperar o que será decidido. Agora, todo o Palácio do Buriti está sendo colocado à disposição dele e por isso todos os empresários, primeiro porque não concordam com as nossas teses, a não ser os pequenos e micro-empresários, e segundo porque têm interesse na eleição do Roriz, estão derramando rios de dinheiro na campanha do nosso adversário. Todos os grandes empreiteiros estão comprometidos com o governo. Nos últimos dias foram entregues 300 carros para fazer a campanha do Roriz e esta semana uma candidata a deputada federal que apóia o Roriz comentou que ele tinha dado cinco carros para cada candidato a deputado federal e que precisavam de mais. Mas nós vamos denunciar esses fatos e o povo vai dar a resposta. Além disso, há no esquema de Roriz candidatos empresários, como o Osório Adriano, dono da maior distribuidora de carros de Brasília, de empresas de computador e de lotes de terrenos; o sr. Paulo Otávio, que só de uma empresa recebeu 2 milhões de dólares, isto além do dinheiro que ele tem; a dona Eurídes Brito, ex-secretária de Educação; o Benedito Domingues, empresário em Taguatinga, João Herculino, dono do CEUB, ligado à FMU de São Paulo e muitos outros.

Classe — Quais as principais metas de governo da Frente Popular?

Maurício Correa — Nós idealizamos um grande mutirão para atender a demanda habitacional, mas não necessariamente "assentamentos", que na verdade significaram a transferência de favelas e um grande impacto que a propaganda feita por Roriz em torno disso causou em termos nacionais, ao ponto de provocar um estuendo fluxo migratório para Brasília. Nunca tivemos em Brasília nenhum outro período em que a migração fosse tão grande como agora. Pensamos em fazer uma campanha pedagógica para explicar que Brasília não é um "eldorado", mas uma cidade talvez com mais problemas do que a cidade de onde o migrante vem, uma cidade que tem os seus espinhos e as suas agruras. Pensamos em investir mais na área do atendimento médico-hospitalar e na educação. Quanto ao sistema de transportes, vamos desmantelá-lo. Na parte relativa ao saneamen-



to, vamos melhorar a qualidade de vida nos afavelamentos, sobretudo no que tange a rios que foram totalmente poluídos. A Frente Popular tem o compromisso de trazer o povo para participar do governo. O Palácio do Burity estará aberto ao povo não com fins demagógicos, mas para elevar sua consciência.

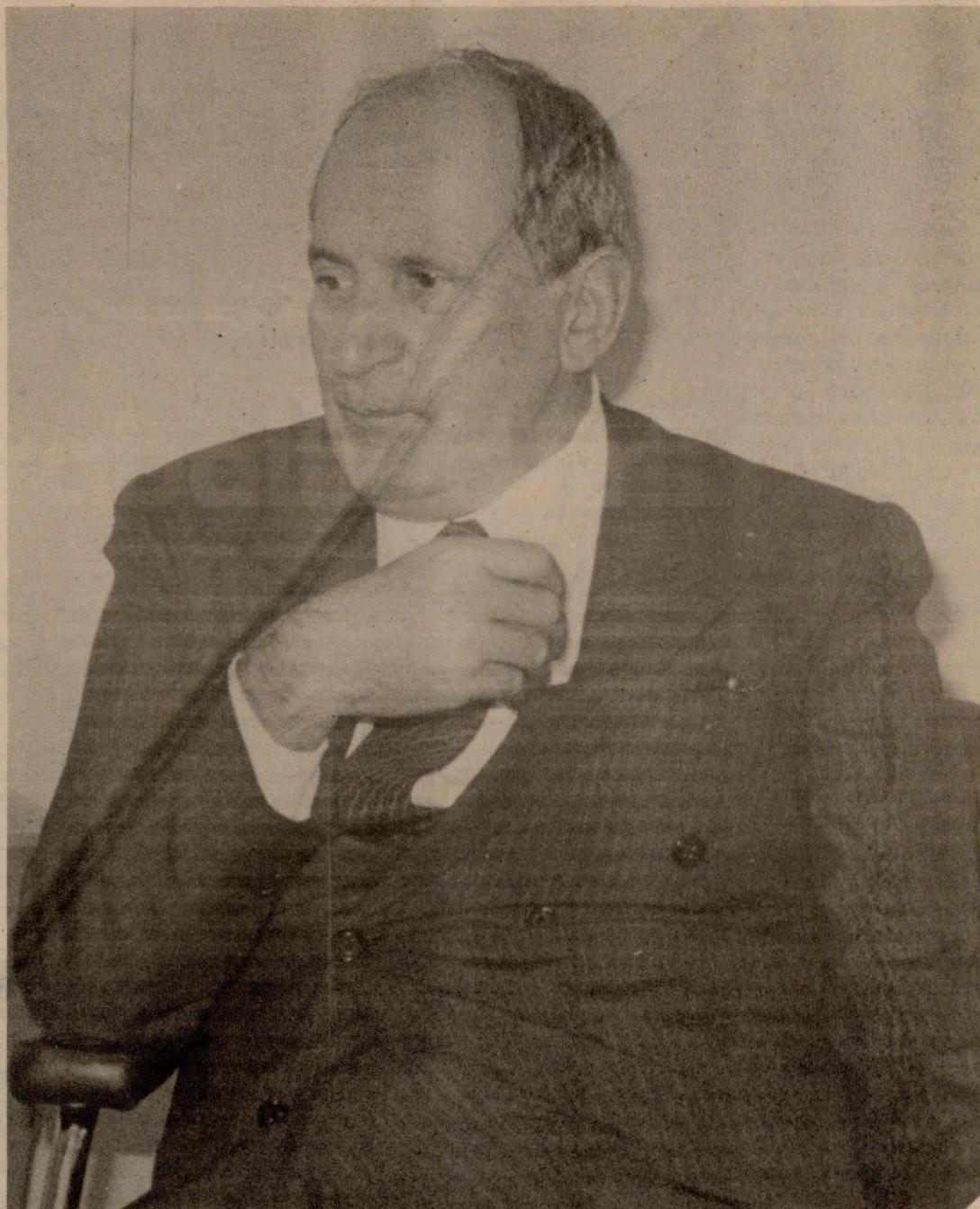
Classe — Como o sr. analisa a situação do país sob o governo Collor?

Maurício Correa — A filosofia de governo do presidente Collor tem a sua estrutura montada em cima do que ele próprio não tem negado: a privatização da economia. Esta é a concepção do capitalismo selvagem capitaneado pelas multinacionais que escravizam os mercados debilitados dos países do terceiro mundo. O setor mais atingido pelo Plano Collor foi o das estatais. O que está ocorrendo em relação à Companhia Siderúrgica Nacional, à Mafersa, o que vai seguramente acontecer com todas as outras empresas é a entrega delas à iniciativa privada. Sabemos que os governos militares favorecem muitos grupos, saneando empresas deficitárias e estatizando algumas desnecessariamente. Mas não podemos aceitar que a Petrobrás, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Mafersa, a Eletro-norte e muitas outras sejam destruídas, como o governo quer. O objetivo é a internacionalização da economia e isso é um absurdo. É por isso que está havendo uma tolerância do Fundo Monetário Internacional, uma contemplação dos bancos particulares com relação ao Brasil. É porque eles sabem que a caminhada desse governo é o entreguismo total. Além disso, Collor mentiu na sua cam-

pa, pois quando assumiu o governo confiscou a poupança da classe média e dos trabalhadores. Mas liberou dinheiro para os grandes grupos econômicos. Além disso, Collor está promovendo a degola do funcionalismo público, criando um clima de pavor dentro das repartições, sobretudo aqui em Brasília. Isto está criando um trauma nos lares de Brasília. Os preços estão aumentando, o processo inflacionário volta e os salários estão arrojados. É um governo anti-povo, anti trabalhador, anti funcionalismo público, um governo desposta. É um governo que almoça com os donos do poder, janta com os banqueiros e os donos das grandes empresas de rádio e televisão para continuar o domínio da oligarquia, da prepotência e da injustiça social.

Classe — Que avaliação se pode fazer da relação entre o governo Collor e o Poder Legislativo?

Maurício Correa — Na verdade, o presidente Collor conseguiu aprovar as suas medidas provisórias através de um processo a fórceps. No começo havia uma certa disponibilidade de alguns que queriam colaborar com o governo para saber o que é que vinha. Hoje o quadro é diferente. Até o Poder Judiciário deu uma demonstração de altivez ao contrariar decisões do Executivo. Ultimamente, deputados e senadores têm reagido às medidas do governo. Se depois do dia 3 de outubro, as forças democráticas alcançarem uma correlação de forças favorável no Congresso, o presidente Collor terá grandes dificuldades para impor seu estilo de governo.



Juan Pratqinestós



Brasília virou cartão postal e tem a imagem de um "Eldorado". Mas a cidade tem suas agruras.



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Greve na Ford abalou Plano Collor

Os *golas vermelhas*, ferramenteiros da Ford de São Bernardo do Campo-SP provocaram um estrondoso abalo no Plano Collor. Saindo de uma greve que durou 50 dias, os 900 trabalhadores cruzaram os braços, bateram duro na multinacional norte-americana e obtiveram significativos avanços. O inédito dessa greve é que os demais trabalhadores da empresa que não pararam acabaram sendo cúmplices dos grevistas, mostrando que a solidariedade operária, mais do que nunca, está na ordem do dia.

A greve da Ford durou 50 dias, foi a mais longa em um só empresa da região de Santo André, São Bernardo e São Caetano do Sul (ABC). Nesse período, a Ford deixou de fabricar 26 mil veículos, acumulando mais de US\$ 160 milhões de queda de faturamento.

Na assembléia do dia 23, segunda-feira, os metalúrgicos rejeitaram o ministro Magri como mediador do movimento. Com a paralisação prolongada, as atenções do Ministério do Trabalho se voltaram para São Bernardo. O ministro do Trabalho, preocupado com seu crescente desgaste político, procurou dar seu abraço de tamanduá nos trabalhadores em busca de fôlego para sua imagem desmoralizada. Para Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Magri não é bem vindo, "o seu comportamento enquanto dirigente sindical sempre foi um comportamento contrário ao movimento sindical combativo. Por essa razão, não dá para acreditar nesse homem. Significaria reforçar a bancada patronal."

Intransigência patronal e arrocho de salários estimulam as greves

Não é à toa que o número de greves no país é o maior desde 1964. Segundo dados do próprio governo, apresentados pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social, o número de greves aumentou 1.000% de abril até junho. Para o Dieese, o rápido crescimento dos conflitos trabalhistas pode ser atribuído principalmente ao arrocho salarial.

Normalmente, as ondas de demissões provocam uma retração das mobilizações de trabalhadores, porém, não é este o quadro que estamos vendo. Pode-se concluir que as greves aumentaram porque os salários atingiram os níveis mais baixos dos últimos anos. Para se ter uma idéia, o



Assembléia do dia 11: os operários fazem a melhor opção, decidindo parar pela inflação roubada.

contingente paralisado em abril, 224 mil, passou em maio para 1 milhão e em junho para 1 milhão e 575 mil. Neste último mês, o número de parados supera o número verificado no mesmo período de 1989.

No caso da Ford, onde o salário médio é de Cr\$ 18 mil, muitos trabalhadores receberam em junho os holerites com saldo devedor. Foi o estopim. E a explosão de ânimos ocorreu em dois momentos da paralisação: nos dias 20 e 25 de julho, depredações, carros virados, telefones quebrados e até microcomputadores. A Ford fora longe demais com sua política de fome. O resultado não poderia ser outro em meio a uma categoria experimentada na luta contra o capital.

Sinal de alerta aos patrões e governo: Não estamos brincando

O gesto extremo dos trabalhadores, encurralados pela onda de seqüestros do poder dos salários, é um nítido sinal de alerta para patrões e governo. Tentou-se isolar os 900 *golas vermelhas* — como são chamados os ferramenteiros devido ao uniforme — de todas as formas. A Autolatina (holding criada a partir da fusão da Ford e da Volks) publicou anúncios para admissão de novos empregados. Mas a fila acabou dispersada quando os grevistas mostraram seus contra-cheques aos candidatos.

Ainda procurando intimidar os grevistas, a Ford, apostando no esvaziamento da greve, soltou um comunicado aos funcionários no dia do vale. Nele, os 6.500 trabalhadores que não

ESTE É O SALÁRIO DA



POR ISSO, ESTAMOS EM GREVE:

- por um salário digno
- pela volta da Comissão de Fábrica e CIPA
- pela readmissão dos 100 demitidos



TRABALHADORES NA FORD/SBC

COM A SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES, ATÉ A VITÓRIA

sindicato dos metalúrgicos de são bernardo e doadoiro [U-1]

Cartaz do sindicato desmascara a política de arrocho dos empresários e governo.

aderiram à paralisação, já tomavam ciência do endurecimento de posição da empresa: só haveria pagamento normal com o fim da greve dos *golas vermelhas*.

Na manhã do dia 21, o clima tenso e de expectativa prosseguiu. A polícia, quando chegou à fábrica, já não encontrou os manifestantes e se limitou a abrir inquérito para apurar de quem

é a culpa pelo quebra-quebra. Para o presidente nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, que esteve em São Bernardo acompanhando o movimento, "sabe-se que é dever dos trabalhadores voltar a trabalhar, mas eles não podem voltar com as mãos vazias. É preciso que a Ford compreenda isso porque o sindicato está disposto a negociar."

De fato, o impasse nas negociações se arrastou até o dia 30, quando terminou a greve, por causa da relutância da diretoria da Ford em ceder principalmente nas reivindicações econômicas. A empresa não queria negociar um reajuste salarial superior aos 59,11% definidos pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Segundo o vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Heguibe Della Bella Navarro, o Guiba, "o tempo todo os trabalhadores deixaram claro para a Ford que se não fosse apresentada uma proposta convincente para remediar a situação dos empregados, a greve prosseguiria por tempo indeterminado." No entanto, os patrões continuaram a ignorar a grave situação em que se encontravam os metalúrgicos. Os trabalhadores agüentaram 50 dias sem dinheiro suficiente para alimentar a família e saldar compromissos.

Guiba desmentiu ainda algumas versões que circularam na imprensa desde o primeiro quebra-quebra. "Empresários e alguns jornalistas disseram que o sindicato havia perdido o controle do movimento. Não é verdade. O sindicato já advertira que poderia haver algum tipo de tumulto na empresa, caso esta se mantivesse intransigente.

"A revolta do dia 20, ressaltou Guiba, foi uma decisão soberana dos trabalhadores. Naquele momento, eles pediram para que o sindicato se retirasse. Era um problema entre eles e a empresa. Nós achamos boa a organização deles para reivindicar e queríamos que reclamassem de seus salários junto ao setor de relações humanas. Lamentavelmente o tumulto foi maior do que o previsto, fruto da postura arrogante da Ford".

A primeira contraproposta patronal apresentada, propunha a readmissão de 70 dos 100 demitidos; a volta da Comissão de Fábrica, com exceção de dois diretores sindicais, que permaneceriam afastados para o sindicato com seus salários pagos por três anos, pagamento do salário só com a volta ao trabalho; reposição salarial de 59,11% sobre os salários de junho.

No dia 30, segunda-feira à tarde, no sindicato, os grevistas que lotavam o auditório do 3º andar decidiram, depois de mais de uma hora de discussões, suspender a paralisação. Eles aceitaram a nova proposta da Autolatina. Como a Ford determinou o fechamento da fábrica após os violentos choques dos batalhões da Polícia Militar com os trabalhadores que destruíram automóveis no dia 25, o retorno pleno ao trabalho só será possível quando terminarem os reparos aos danos das instalações da empresa.

Com a proposta aprovada, os metalúrgicos terão: além do reajuste de junho da Fiesp, uma antecipação de 15% a partir de agosto; serão readmitidos 80 dos 100 metalúrgicos demitidos durante a greve; readmissão de três supervisores da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). No dia 31, a Ford retomou o pagamento dos salários dos operários da produção.

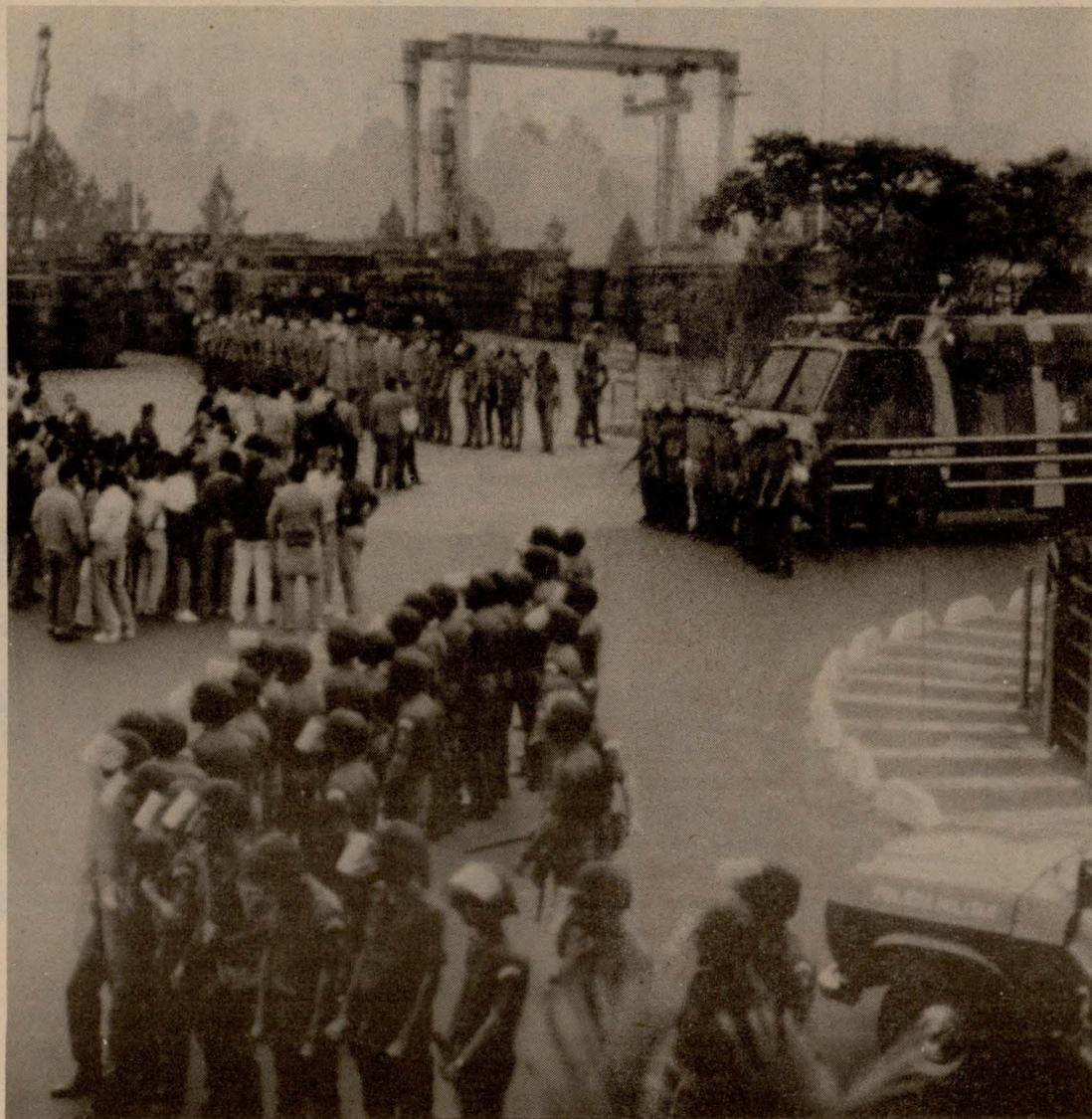
José Arcanjo de Araújo, o Zê Preto, e João Ferreira Passos, o Bagaço, da Comissão de Fábrica, permanecerão afastados da empresa, mas terão garantidos os seus salários. Ambos afirmaram que mesmo afastados da produção manterão os laços da atuação sindical dentro da Ford.

Ford mente: acusa grevistas de montar bomba

O vice-presidente da Autolatina, Miguel Jorge, na falta de coisa melhor para se ocupar, cuidou de fazer as vezes de Pinóquio. Prestou queixa junto ao 5º Distrito Policial de São Bernardo do Campo de que os grevistas colocaram uma bomba de fabricação caseira no setor de pintura da Ford, "capaz de destruir o bairro".

O delegado titular, Luiz Kojo, desmentiu o testa-de-ferro. Segundo Kojo, a empresa afirmara no dia 28, sábado, que a polícia havia encontrado uma bomba dentro da empresa no dia 26. O pretenso "Molotov" foi entregue por um segurança da Ford ao delegado. Tratava-se de um frasco plástico branco enrolado em um pano. Para a polícia, não havia risco nenhum de explosão, já que o frasco não continha líquido inflamável.

Dessa novela, sai desmoralizada a empresa, que tentou desde o princípio da eclosão da greve dos metalúrgicos pretextar o enquadramento dos operários, em especial os sindicalistas, no artigo 202 do Código Penal que trata de sabotagem. É um procedimento de tradição do setor de Recursos "Humanos" da empresa. Em 1986, quando o presidente nacional da CUT, Jair Meneguelli, dirigia o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, ocorreu a "Operação Cambalacho". Os trabalhadores danificaram 105 veículos da linha de montagem, em protesto pelos baixos



A violência policial não se fez esperar em socorro à multinacional.

salários. A reação da empresa foi tentar, via Polícia Federal, intimidar a organização dos trabalhadores com a possível prisão e responsabilização criminal de Jair Meneguelli — que afinal não aconteceu.

O movimento dos *golas vermelhas* da Ford nos deixa o exemplo funda-

mental da solidariedade de classe. Criaram uma comissão de finanças da greve que, só entre os trabalhadores de empresas vizinhas como a Volks, Atlas Copco e Maxion, arrecadaram Cr\$ 383 mil para bancar os dias parados. Além disso, os trabalhadores contaram com o apoio dos trabalha-

dores na Ford francesa e alemã, que também enviaram fundos para ajudar os brasileiros.

Infelizmente o nível de conscientização do nosso proletariado ainda está aquém das necessidades. Não podemos perder de vista que, assim co-

Roberto Parizotti/Fóton



Mãos erguidas contra o assalto aos salários. A Ford colheu a tempestade que plantou.

mo o capitalismo é um sistema que estende a sua exploração a nível mundial, os trabalhadores devem, por sua vez, estender sua solidariedade para todos os explorados do mundo.

Solidariedade e consciência de classe nas fábricas

O episódio greve de São Bernardo do Campo, ao contrário do que pregam as teties do governo Collor de Mello, mostra que a política de recessão adotada não levará a classe operária ao paraíso, mas, ao contrário, ao cemitério; e precocemente. Isso, claro, se os trabalhadores adotarem uma postura de passividade diante da infernal aita do custo de vida, o que felizmente não acontece.

Os trabalhadores que fizeram a greve na Ford souberam sustentá-la com firmeza e união (arrecadaram até o dia 20, segundo o sindicato, Cr\$ 1,4 milhão para o fundo de greve) e reforçaram com isso a luta do conjunto do povo brasileiro. Salta aos olhos que em plano nacional, a solidariedade de classe é necessária e possível. Está dentro de propostas como a de caravanas ou marchas sobre Brasília para cobrar do governo e parlamentares a grande dívida social para com o país.

A unidade dos vários segmentos do povo em torno da luta de grandes aspirações nacionais contribui também para enriquecer a ação dos dirigentes sindicais e da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Os sindicalistas combativos, de olhos postos nos acontecimentos da greve da Ford e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda—RJ (veja matéria na pág.17) devem ter o entendimento de que os sindicatos precisam lutar coordenadamente, saindo do marco de suas reivindicações corporativistas. E trabalho é o que não falta. Considerar o projeto entreguista de Collor uma canoa furada é precipitação. Que já faz água é verdade, porém pode chegar a seu objetivo. E só o movimento sindical, somado às demais organizações de luta, pode afundar os planos globais da burguesia nacional e internacional para o Brasil.

Se milhões de tantos outros *golas vermelhas* do país, com o apoio de outros segmentos assalariados, que multiplicam as riquezas da economia nacional aderirem à luta, o quadro é outro. Às vanguardas sindicais clásticas cabe o chamamento deste contingente e desmascarar as políticas salariais perversas implementadas, até aqui, pelo governo e empresários. A greve dos 50 dias em São Bernardo não poderá ser esquecida. Passa à história da luta sindical e do povo como um dos mais graves atropelamentos por parte das políticas do plano recessivo collorido.

Greve na Sabesp derrotou Quércia

Altamiro Borges*

Pepe/Fóton

Durante sete dias, de 18 a 24 de julho, os trabalhadores da Sabesp (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo) realizaram uma greve heróica por melhores salários. A exemplo dos metalúrgicos da Ford de São Bernardo e da CSN de Volta Redonda, foi uma greve de resistência, que também evidenciou a radicalização da luta dos assalariados.

Encurralados, de um lado, pelo arrocho salarial imposto pela medida provisória de Collor e pela retomada da inflação e, de outro, pela recessão e o flagelo do desemprego, os grevistas não vacilaram. Ocuparam o pátio da sede administrativa da empresa, realizaram passeata pelo centro da capital, enfrentaram 200 demissões e toda a truculência do governo Quércia. "Se o Quércia não pagar, a água vai faltar", foi o grito de guerra dos grevistas.

A paralisação foi deflagrada numa assembléia com mais de 4 mil trabalhadores da região metropolitana, na noite do dia 17. No interior também ocorreram assembléias nas seis principais regiões do estado. O Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente, presidido por Nivaldo Santana, que também é membro da direção nacional da Corrente Sindical Classista, investiu pesado na mobilização. Quatro anúncios foram inseridos na TV, apesar do alto custo financeiro.

Greve ativa

A entidade também primou pelo exercício da democracia sindical. Antes da deflagração da greve, foram organizadas comissões de mobilização, eleitas pelos funcionários, nas várias unidades da Sabesp. Estas formaram o comando de greve, que ajudou a dirigir todo o movimento. As assembléias foram diárias, com a direção do sindicato apresentando com transparência todo o desenrolar da paralisação das negociações.

Outra característica marcante do movimento foi de uma greve ativa, com a participação intensa dos piqueteiros e do comando de mobilização. Os próprios trabalhadores organizaram os plantões de emergência, formados por grevistas, para atender a população. Em algumas áreas, como Guarapiranga, os piquetes contaram com a adesão de dezenas de funcionários.

Essa forte organização, entretanto, esbarrou na intransigência e truculência do presidente da Sabesp, Lauro Péricles, orientado pelo governador Quércia. Já na greve de maio de 89, a empresa havia apelado para a tática



Os grevistas não titubearam em invadir a empresa e reclamar melhores salários

terrorista, demitindo mais de 300 grevistas. A categoria nunca tinha passado por essa experiência amarga. Nem bem a ferida havia cicatrizado, e a direção da Sabesp voltou a se utilizar desse expediente criminoso — e desta vez com maior violência.

As chefias das várias unidades da empresa foram forçadas a elaborar listas de demissões, antes mesmo da decretação da greve. Caso contrário, seriam exoneradas. Além disso, as chefias foram iludidas com a promessa de um tal "ajuste de curva", que só beneficiaria com reajustes salariais as pessoas com cargo de confiança na companhia.

Essa truculência causou prejuízos à greve. Principalmente nas áreas administrativas, o medo enfraqueceu o movimento. Os engenheiros, que por força da velha e ultrapassada legislação sindical têm uma entidade própria na base, fugiram da briga, rejeitando a paralisação. No interior do estado, onde a pressão da hierarquia é mais direta, a greve também sofreu um processo de esvaziamento.

Ocupação da Sabesp

Quem garantiu a continuidade do movimento foram os trabalhadores do setor operacional, a "peãozada". Exatamente os funcionários com mais baixos salários (uma média de Cr\$ 15 mil mensais). Estes resistiram a todas as adversidades. Mesmo a concretização da ameaça de demissões não desanimou os grevistas. Ao meio-dia de quinta-feira, dia 19, os trabalhadores decidiram ocupar o pátio da sede administrativa da empresa, no

bairro de Pinheiros, para forçar a abertura das negociações.

A ocupação da empresa teve cenas cinematográficas. Mais de mil e quinhentos grevistas escancararam os portões da sede e ficaram concentrados no pátio, aguardando pacientemente a retomada das negociações. Alguns jogaram "palitinho", outros baralho e muitos ficaram conversando em rodinhas. Ninguém aceitou qualquer provocação, evitando-se qualquer atitude de depredação da companhia. "Se alguma folha caiu das árvores foi devido à chuva", comentou Beth Tortolano, diretora do sindicato.

Se os trabalhadores demonstraram maturidade e equilíbrio, o mesmo não ocorreu com a direção da empresa. Esta acionou forte esquema policial, alegando que a área é de segurança nacional. Mais de 20 camburões da PM e a tropa de choque foram mobilizados para "evacuar" o local. Os grevistas tiveram que agüentar inúmeras provocações. No final da noite, a polícia proibiu a entrega de lanches, comprados pelo sindicato, aos trabalhadores que estavam sem almoço. Também impediu a entrada dos colchonetes, já que a disposição era de acampar no pátio até a superação do impasse. Os banheiros foram fechados e os soldados obrigaram os ocupantes a permanecer em pé.

A operação de cerco e aniquilamento chegou ao fim quando o comandante da PM deu um ultimato para a evacuação. Para evitar um confronto desigual, os grevistas foram obrigados a deixar a sede administrativa. Mas ninguém saiu de cabeça baixa. Aos gritos de "a greve conti-

nua", os trabalhadores realizaram nova assembléia e decidiram reforçar os piquetes na madrugada seguinte. A experiência prática gerou maior ódio aos patrões.

Momento do recuo

A ocupação foi o ponto alto da greve, tendo forte impacto na categoria. Mas a direção da empresa e o governo do estado, por sua vez, também resolveram endurecer. Novas listas de demissões foram preparadas e a Sabesp anunciou oficialmente que as negociações estavam definitivamente encerradas. Após o final de semana, a greve sofreu novo esvaziamento. Mesmo algumas cidades do interior que haviam parado, numa experiência de confronto inédita, não tiveram como sustentar o movimento. A greve também foi encerrada na Cetesb, companhia de meio ambiente, que para dividir o movimento se comprometeu a não demitir e abrir negociações.

Na manhã do dia 24, após analisar o esvaziamento da paralisação, a direção do sindicato teve a responsabilidade de propor a sua suspensão. "Não podemos cair no isolamento, deixando a liderança mais combativa da categoria exposta à vingança patronal. Nós vamos retornar ao trabalho conscientes de que cumprimos com o nosso dever. Lutamos com dignidade e maturidade por nossos direitos. Recuamos agora para acumular mais forças, para reconstruir a unidade da categoria e voltar à greve em breve", explicou o presidente do sindicato. Vários grevistas falaram ao microfone, mas ninguém contestou a proposta da direção do movimento.

O fim da greve foi aprovado por unanimidade.

O clima da assembléia foi de revolta contra os patrões, o governo, os fura-greves e os poucos pelegos do "sindicalismo de resultados" infiltrados na categoria. Além disso, também havia uma ponta de esperança com o julgamento marcado pelo Tribunal Regional do Trabalho para o dia seguinte, por pressão da greve prolongada. Afinal, a Sabesp não tinha como argumentar contra o movimento. Ela é que jogou no impasse, recusando-se a negociar, rasgando uma ata de reunião que previa a reposição salarial em julho e demitindo ilegalmente 200 grevistas.

A Sabesp inclusive tentou evitar o julgamento. Apelou para a mentira, alegando a inexistência da greve, apesar dos jornais a terem noticiado fartamente. Diante de tamanha arrogância, o TRT não teve como vacilar. Após considerar a greve legal, "não abusiva", determinou a readmissão de todos os demitidos e o pagamento integral dos dias parados. Além disso, ao constatar a constante elevação das tarifas de água e o aumento de produtividade dos funcionários, atendeu em parte à reivindicação salarial da categoria, concedendo 30% de antecipação e mais 7% de produtividade.

Na quinta-feira, dia 26, houve festa no sindicato, com muito chope e música. Antes, em assembléia, a categoria decidiu ir novamente para a greve caso a Sabesp recorra da decisão do TRT ou tente enrolar na aplicação da sentença.

Na quinta-feira, dia 26, houve festa no sindicato, com muito chope e música. Antes, em assembléia, a categoria decidiu ir novamente para a greve caso a Sabesp recorra da decisão do TRT ou tente enrolar na aplicação da sentença.

Resistência de aço contra governo

A greve da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) ultrapassou as expectativas do governo. Os trabalhadores em greve, na assembléia do dia 1, quarta-feira, decidiram manter a paralisação. A intransigência da direção da empresa, que até o fechamento desta edição se recusava a negociar, está provocando sério desgaste para dois ministros. Com declarações claramente contrárias aos interesses dos metalúrgicos da CSN, os ministros Ozires Silva, da Infra-estrutura e seu colega Antonio Magri, do Trabalho, correm o risco de serem "fritados" após as eleições. Eles, como outros que possam vir adiante, não conseguem conter o grito de protesto crescente dos operários ameaçados.

O povo com os operários

No dia 25 de julho, o comércio cerrou as portas em Volta Redonda. Mulheres e crianças ocuparam a praça Juarez Antunes, no centro da cidade, com os metalúrgicos da CSN, em greve desde o dia 11 de julho.

Com a presença de cerca de 10 mil pessoas, a manifestação falou pela cidade. Volta Redonda se viu indignada com as medidas de sucateamento da usina por parte do governo. As consequências para os 22 mil trabalhadores da empresa e para o município, que depende basicamente das atividades geradas pela usina, são gravíssimas. Contudo, a cidade mostrou respirar coragem. A população aderiu em peso à causa dos grevistas.

Além disso, o movimento contou com o apoio de várias lideranças nacionais progressistas e de esquerda. O deputado federal do PCdoB, Edmilson Valentim, que acompanha desde o começo o movimento, esteve presente na manifestação. Presentes também o deputado federal Carlos Alberto Caó, do PDT e o ex-governador Leonel Brizola, que defendeu a CSN, denunciando os objetivos macabros do governo Collor.

Os trabalhadores contam também com a ajuda de outros setores. Assim como a população tem ajudado com mantimentos e dinheiro, várias categorias do Rio de Janeiro e de outros estados colaboraram. O influente Sindicato dos Metalúrgicos de Betim-MG, por exemplo, marcou presença no apoio aos grevistas. Também os aeroviários de São Paulo e do Rio, sindicatos do ABC paulista e mais 5 prefeituras.

Cidade adere ao protesto

Com a adesão dos comerciários da cidade, Volta Redonda mais parecia, na semana passada, uma terra enlutada. A direção do sindicato dos meta-



Os trabalhadores indicam que o caminho de privatizações do governo é inviável para a CSN.



A CSN tem dívidas de US\$ 2,6 bilhões, sendo que US\$ 1,5 bilhão está vencido.

lúrgicos organizou a passeata, dividindo-a em quatro segmentos para divulgar a situação de penúria salarial dos grevistas para o maior número possível de pessoas. Os comerciantes, em sua maioria, foram liberando os funcionários do serviço. Estes, por sua vez, foram percorrendo as ruas, estimulando o fechamento de outras lojas. Até os feirantes suspenderam a feira do dia e os bancos também não funcionaram.

O comando de greve concordou

com o funcionamento normal de farmácias de plantão, padarias e bancas de jornal, por considerá-los essenciais à população.

Governo em desgaste

Durante a reunião da executiva da CUT em São Paulo, os sindicalistas discutiram durante quase quatro horas planos de saneamento da CSN, sem prejuízo dos trabalhadores, ao contrário do que tem feito o governo

de Collor. De sua parte, o governo só comete heresias. Para não ficar nas palavras, basta verificar as ameaças do ministro Ozires Silva aos trabalhadores da usina de Volta Redonda. Já no início da greve, Ozires teria revelado que a CSN quase foi fechada em março, já que não há, segundo ele, grande interesse da iniciativa privada em adquirir uma empresa altamente endividada. Só aos empregados, a CSN deve US\$ 110 milhões. Também o ministro Magri não fica atrás de seu colega.

Além de ter se dado mal na tentativa que fez de meter-se como mediador da greve da Ford (veja matéria das pgs. 14 e 15), Magri vem conquistando desde maio um rol de adversários que inclui até um de seus mais próximos assessores. Trata-se de Ivan Moraes Rêgo, ex-chefe administrativo do alto escalão do Ministério do Trabalho. Ele se demitiu, através de extensa carta, reprovando a falta de critérios do ministro no corte de servidores daquela pasta.

Com a corda no pescoço

Comentando a decisão de uma das assembléias dos trabalhadores parados, Marcelo Felício, vice-presidente do sindicato, disse que os trabalhadores decidiram pela continuidade da greve porque a CSN não renovou sua proposta de pagamento dos salários atrasados.

Há uma proposta informal da companhia que, inclusive, chegou a ser apresentada a um grupo de parlamentares. Seria o seguinte: pagamento escalonado dos salários atrasados, dentro do período de 6 meses, para quem ganha até Cr\$19,5 mil e acima disso, em 12 meses até a faixa de Cr\$ 38,7 mil. Em síntese, trata-se de uma reposição salarial diferenciada de até 40% para os trabalhadores de menor renda. Se confirmada, é possível que os trabalhadores a aceitem. O que eles já deixaram claro que não podem engolir, é a proposta original de pagamento dos atrasados em 50 meses.

Wagner Barcelos, presidente do sindicato, afirmou que os trabalhadores "querem que a CSN pague aquilo que conseguimos na Justiça e repoune as perdas que tivemos com o Plano Collor". Barcelos esteve no dia 1º de agosto em São Paulo para participar da reunião da direção nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), que discutiu a crise na siderúrgica fluminense.

Durante uma das Assembléias dos Metalúrgicos, duas correntes petistas, trotskistas da Convergência Socialista e da Causa Operária, tentaram criar um incidente na direção dos trabalhadores, o que na prática geraria divisão no movimento.

Na assembléia seguinte, o Sindicato deu o troco: fizeram três forcas que ficaram expostas para todos os presentes. Cada um tinha o seu cliente. Uma para o presidente Collor, outra para o presidente da CSN, Lima Neto e a terceira, para quem dividisse a assembléia. O gesto foi muito aplaudido pelos grevistas, que refutaram com entusiasmo quaisquer tentativas de romper a unidade do movimento (da sucursal).

Um roubo de bilhões de dólares

Antonio Martins

O exame detalhado da Medida Provisória 199 demonstra que ela ameaça reduzir à metade o poder de compra dos salários, e revela: se conseguir aprová-la no Congresso, o governo terá criado um mecanismo capaz de transferir anualmente, dos trabalhadores para as empresas privadas, um volume adicional de riquezas equivalentes a 1/4 de nossa dívida externa.

Brasília viveu momentos de tensão crescente entre 25 e 27 de julho, quando o governo foi obrigado a explicitar mais uma vez sua política salarial. A Medida Provisória nº 193, que havia sido editada um mês antes e não fora votada pelo Congresso, estava prestes a perder efeito. Cerca de uma semana antes, o Legislativo vota-

ra uma nova lei salarial que não recompõe inteiramente o poder de compra dos salários mas era considerada incompatível com o projeto econômico do "Plano Brasil Novo". Se a equipe econômica do presidente não chegasse rapidamente a um acordo que lhe permitisse uma nova Medida Provisória, em substituição à que ia caindo em desuso, a política salarial elaborada pelos deputados e senadores entraria em vigor automaticamente, com prejuízos políticos incalculáveis para o Palácio do Planalto.

Zélia aos empresários: "Vamos à luta", contra os salários reais

Além disso os operários da Companhia Siderúrgica Nacional e da Ford levavam

adiante greves poderosas e de grande repercussão nacional. Para agravar as dificuldades do governo, surgiram sinais de insatisfação com os soldos no meio militar. O chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Jonas Correia Neto chegou a queixar-se publicamente de que "tudo teve reajuste, menos os salários". Premidos pela necessidade de passar rapidamente à ação, antes que o quadro se deteriorasse ainda mais, a ministra Zélia Cardoso de Mello, e seus colegas Bernardo Cabral e Rogério Mágrri, lançaram-se a uma sequência incessante de reuniões, de consultas a assessores, de troca de documentos de análises, de declarações à imprensa às vezes desencontradas. A movimentação adquiriu intensidade máxima no dia 26, quando os contatos entre os ministros, e entre eles e o presidente, estenderam-se

até o início da madrugada.

Peça principal dessa série de articulações, a ministra Zélia Cardoso fez, porém, questão de ausentar-se dos encontros por algumas horas, no próprio dia 26, para cumprir um compromisso que ela sabia ser essencial para a sustentação da política oficial de salários. Zélia compareceu à sede da Confederação Nacional da Indústria, onde os líderes empresariais mais importantes do país realizavam um seminário sobre a nova política industrial do governo, para antecipar pessoalmente aos participantes os itens essenciais da Medida Provisória que seria baixada algumas horas depois. Confirmou então que a lei salarial votada pelo Congresso seria vetada por Collor; descartou a hipótese de reposição das perdas salariais ocorridas após 15/3; anunciou que a nova Medida repetiria, no

fundamental, o conteúdo da MP-193. E encerrou seu discurso com uma autêntica exortação ao empresariado: "Vamos à luta, esperamos contar com o apoio de todos os segmentos responsáveis da economia, pois é ingênuo supor que mesmo uma reindexação para a faixa que ganha até 3 salários-mínimos não irá trazer prejuízos ao plano de estabilização".

Em seguida retomou os contatos com seus colegas de ministério e com o presidente. À 0h20, ao deixar o Palácio do Planalto, o ministro Rogério Magri comunicaria oficialmente à imprensa que Collor acabava de assinar a Medida Provisória 199. E explicaria que sua diferença básica em relação à antecessora era a concessão, por uma só vez e apenas para os trabalhadores que ganham até Cr\$ 26.017,30, de um abono que pode atingir no máximo os Cr\$ 3.000,00.

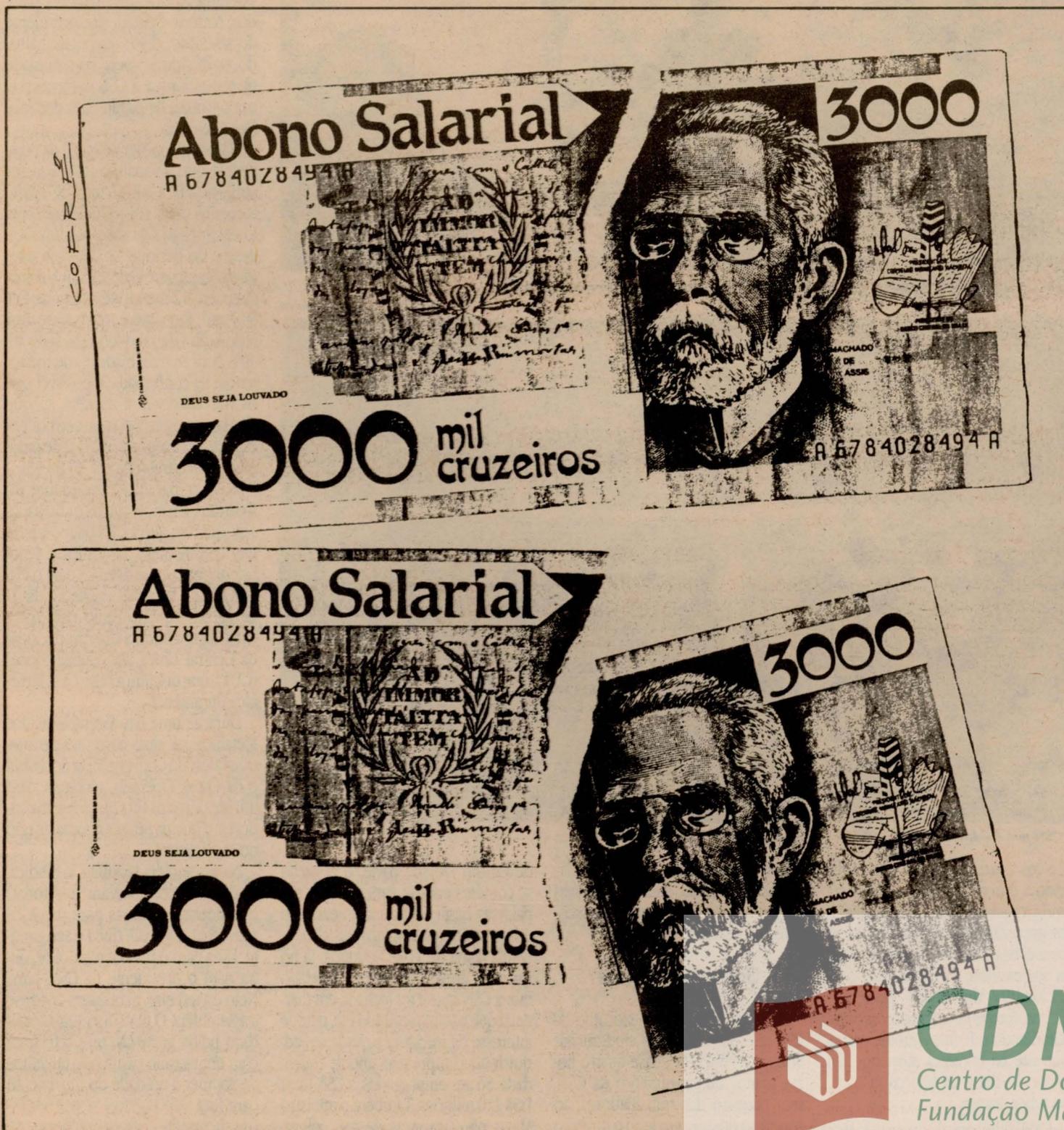
Um reajuste "pela média" em condições piores que no governo Sarney

No último dia 1.º, o economista do Dieese Ilmar Ferreira explicou em detalhes, à **Classe** as principais conseqüências, para os salários, da eventual aprovação, no Congresso, das diretrizes expressas na MP 199. Sua exposição deixa claro que é preciso iniciar sem demora a mobilização mais ampla possível contra a política salarial do governo. A subestimação da importância desta batalha decisiva traria não apenas perdas materiais terríveis para os trabalhadores. Ela criaria também condições muito mais favoráveis para que o governo Collor acelere a implantação de seu ajuste econômico ultraconservador.

Ilmar Ferreira destaca que o mecanismo básico estabelecido pela nova Medida Provisória, e consagrada em seus artigos 1º a 6º, é a redução dos salários, na data-base de cada categoria, não mais ao patamar alcançado no ano anterior, mas à **média** dos vencimentos recebidos ao longo dos últimos doze meses. Adotado várias vezes ao longo do governo Sarney, este artifício tem resultados já conhecidos pelos trabalhadores. A cada ano o salário que se ganha à época da data-base tem valor real menor, e mesmo este ordenado diminuído passa a sofrer então, até o novo reajuste, os efeitos corrosivos da inflação.

Em média, perda de 50,94% do poder de compra anterior ao Plano Collor

Ilmar Ferreira alerta, contudo, que o tipo de cálculo pela média que o governo Collor pretende impôr tem características novas, que torna seus efeitos muito mais perversos que os de qualquer política salarial adotada na administração anterior. Em primeiro lugar, os ordenados sofreram, ao longo dos últimos 12 meses, uma depreciação sem precedentes, acelerada por índices inflacionários que atingiram a casa dos 4.097%, segundo o IPC do IBGE. O cálculo da média terá de considerar, portanto, meses em que o salário já tinha seu



► poder de compra extremamente rebaixado, e a consequência será a redução drástica dos próprios vencimentos recebidos no mês da data-base.

A tabela publicada na página 18, elaborada pelo Dieese ainda é época da vigência da MP193, fornece uma imagem aproximada de fenômeno. Ela parte da hipótese, fictícia, da antecipação de todas as data-base para junho de 90, e da antecipação, para aquele mês, dos reajustes que serão concedidos aos trabalhadores ao longo dos próximos 12 meses. Ainda nessas condições, haveria uma incrível defasagem entre os aumentos concedidos pela Medida Provisória (coluna 1) e os que seriam necessários para recompor o poder de compra da última data-base, segundo as taxas de inflação apuradas pelo IBGE (coluna 2).

Artigo 11 proíbe, de forma terminante, mais de uma reposição de perdas

A coluna 3 indica o percentual de reajuste adicional que seria necessário para repor as perdas. Mas é na coluna 4 que fica evidente a dimensão do prejuízo material imposto aos assalariados. Ela indica a parcela do ordenado eliminada pela nova política do governo. Como se vê na tabela, ela varia de 39,25% a 60,32%, dependendo da época do reajuste anual. Em média, os trabalhadores perderão, em alguns meses, a metade (50,94%) do seu poder de compra anterior ao Plano Collor.

O economista Ilmar Ferreira lembra, contudo, que há aspectos ainda piores na nova Medida Provisória. Ao contrário do que ocorreu desde a adoção do Plano Cruzado, ela elimina por completo qualquer mecanismo capaz de repor, mesmo que parcialmente, as perdas sofridas entre uma data-base e outra. E o novo salário, portanto, não estará "apenas" reduzido ao meio. Ele estará também desprovido, por um ano, de qualquer proteção antiinflacionária automática, e passará a sofrer, sem nenhum tipo de "amortecedor", os efeitos da alta dos preços.

A Medida Provisória 199 é tão draconiana que ela chega a proibir em seu artigo, 7º, a concessão de mais de uma antecipação salarial ao ano. Dessa forma, mesmo as categorias mais organizadas, capazes de conseguir através de sua própria mobilização garantias antiinflacionárias não previstas em lei, estarão impedidas de negociar com os patrões a recuperação adequada dos salários.

Mesmo esmola oferecida sob forma de "abono" é negada a muitos

Para que não restem dúvidas quanto aos objetivos da política do governo, o artigo 11 da MP-199 estabelece um princípio ainda mais nocivo aos trabalhadores que a chamada "livre-negociação", que chegou a ser cogitada pelos ministros da área econômica durante algumas semanas. Através deste artigo, tornam-se automaticamente "nulas, de pleno direito", todas as cláusulas

de eventuais acordos salariais que garantam "reposição de perda salarial em desacordo com o disposto nesta Medida Provisória".

Já os artigos 12 e 13 da MP-199 chegam ao cúmulo de criar setores de assalariados que não farão jus sequer aos "direitos" estabelecidos no conjunto da Medida. Através deles fica-se sabendo que tanto os ordenados dos funcionários públicos federais civis e militares quanto as aposentadorias e pensões pagas pela Previdência Social simplesmente deixam de contar com qualquer dispositivo de reposição salarial...

Para "compensar" os prejuízos infligidos aos trabalhadores através de um conjunto tão amplo de dispositivos arrochantes, o governo alega que o artigo 9 da MP-199 estabelece um "abono" — os famosos Cr\$ 3.000,00 que serão pagos aos que ganham menos. Até mesmo esta esmola mal-disfarçada, contudo, é concedida com restrições. Os trabalhadores que ganham mais de Cr\$ 23.017,30 só receberão a parcela necessária para que seus ordenados atinjam os Cr\$ 26.017,30. A quantia será paga apenas em agosto, de modo que no mês seguinte os ordenados voltarão ao que eram em julho. E o governo foi ao ponto de excluir do conjunto de vencimentos que terão acréscimo as pensões e aposentadorias já notoriamente miseráveis que são pagas aos idosos e aos desvalidos.

Antonio Prado sub avalia as perdas causadas pela Medida Provisória...

A constatação dos prejuízos sociais causados ao país pela eventual adoção da nova Medida Provisória seria suficiente para demonstrar que é urgente partir para uma ampla mobilização contra ela. Há algumas semanas, contudo, um outro técnico do Dieese, o economista Antonio José Prado, chamou a atenção para um dado que por certo ajuda a enxergar a relação que existe entre o arrocho salarial sem precedentes pretendido pelo governo Collor e os ajustes econômicos estratégicos perseguidos por este mesmo governo.

Prado lembrou que toda redução de salários equivale a uma transferência adicional de riquezas para os capitalistas. E a partir deste postulado básico procurou calcular, ainda que de forma aproximada, o volume do ganho extra que será auferido pelas empresas privadas se a MP-199 não for barrada no Congresso.

Por acreditar que certas categorias conseguirão, de uma forma ou de outra, reajustes acima dos estipulados pela Medida, Prado reduziu a estimativa da perda salarial global a ser sofrida pelos trabalhadores. Ao invés dos 50,94% que é possível deduzir dos cálculos do próprio Dieese, ele fixou-se num índice de 40%.

A seguir ele estimou, sempre "por baixo", a massa original e salários sobre a qual incidirão as perdas. Prado trabalhou com os dados do IBGE, segundo os quais o total dos salários pagos no país equivalia, em 89, a 35% do Produto Interno Bruto (PIB). Como o PIB está em torno de 303 bilhões de dólares, ele concluiu que a massa salarial chega a aproximadamente **Us\$ 106 bilhões**.

Preocupou-se em deduzir deste total cerca de 40%, relativos a funcionários públicos, cujos ordenados não são pagos por empresas privadas, e aos trabalhadores que atuam na "economia informal", onde a recomposição das perdas salariais jamais foi uma realidade. E verificou que a massa dos salários atingidos pela MP-199 representa aproximadamente **63 bilhões de dólares**.

Uma perda de 40% sobre 63 bilhões de dólares equivale, a 25%, uma perda de **25 bilhões de dólares**. Este é portanto, conclui Antonio José do Prado, o volume de recursos que serão transferidos adicionalmente, **todos os anos**, dos salários dos trabalhadores para as empresas privadas.

...e ainda assim vê transferência de US\$ 25 bi, para capital privado

Equivalente a cerca de 1/4 da dívida externa acumulada pelo país ao longo de sua história, a cifra impressiona por sua grandeza. Fornece ao mesmo tempo novas pistas para o esforço que é preciso realizar com urgência em busca de uma compreensão e de uma crítica mais profunda aos objetivos econômicos estratégicos que a burguesia brasileira se apressa por alcançar. E talvez ajude a decifrar um enigma que mais perturbou, desde o início do Plano Collor, os que se propuseram a analisá-lo em detalhes.

Haviam surgido sinais, há algum tempo, de que o governo Collor compreendia os riscos a que estava sujeito se continuasse permitindo que o Estado transferisse todos os meses enormes somas de recur-

AS PERDAS COM A MEDIDA PROVISÓRIA				
Data-base em:				
	1	2	3	4
	Reajuste pela MP(*)	Reajuste necessário (segundo IPC)	Defasagem (**)	Perda salarial (**)
	(%)	(%)	(%)	(%)
Janeiro	17,1	187,9	145,85	59,32
Fevereiro	14,78	187,9	150,82	60,13
Março	74,89	187,9	64,61	39,25
Abril	68,42	187,9	70,94	42,83
Mai	60,76	187,9	79,08	44,15
Junho	53,67	187,9	87,34	46,62
Julho	48,54	187,9	93,81	48,4
Agosto	43,11	187,9	101,17	50,29
Setembro	37,63	187,9	109,18	52,19
Outubro	32,22	187,9	117,74	54,07
Novembro	26,25	187,9	128,03	56,14
Dezembro	21,21	187,9	137,52	57,89
média				50,94

* Para trabalhadores que recebem no último dia do mês.
** Cálculos de A Classe Operária

Fonte: Dieese

solos à iniciativa privada, através do pagamento dos juros da dívida interna. Havia ficado claro que o Palácio do Planalto esforçava-se ao máximo para acelerar um processo através do qual pudesse converter os títulos desta dívida, que estão em poder da iniciativa privada, em ações das empresas estatais.

Mas faltava entender de que forma o governo compensaria os grandes grupos econômicos pela redução dos juros internos pagos a eles pelo Estado. E a dúvida era ainda mais angustiante porque se sabe que pelo menos nos dois últimos anos a parcela principal dos lucros das empresas tinha sido obtida através de operações financeiras baseadas em última instância no recebimento destes juros.

Resta saber se as vítimas terão sagacidade para lutar contra o crime

Os cálculos do economista Antonio José do Prado explicam porque Zélia fez tanta questão de comparecer à reunião da CNI no dia 26/7, e de chamá-los "à luta" contra a manutenção do valor real dos salários. Melhor que qualquer discurso, eles mostram que o governo empenha-se a fundo na promoção de um ajuste de caráter ultraconservador na economia brasileira — mas que para viabilizá-lo precisa promover agora um assalto de 25 bilhões de dólares contra os assalariados. Resta saber se as vítimas deste crime anunciado saberão agir com a firmeza e a habilidade necessárias para evitar que ele se consuma.

Uma oportunidade que não pode ser perdida

Há chances reais de derrubar no congresso a política oficial do governo. Mas para isso é preciso iniciar imediatamente um processo de debate e de mobilização política dos trabalhadores.

As forças políticas de esquerda e o movimento sindical avançado têm em mãos uma oportunidade rara de infligir uma derrota de grandes proporções ao projeto de mudanças econômicas conservadoras perseguido pelo Palácio do Planalto. Esta oportunidade surgiu graças à conjunção de dois eventos políticos importantes, e devido a seu caráter excepcional não deve ser desperdiçada, sob pena de graves prejuízos à luta popular nos próximos meses.

O governo precisa aprovar no Congresso Nacional uma política de salários que comprima fortemente o poder de compra dos trabalhadores. Como se vê na matéria principal desta página, isto

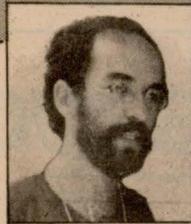
é essencial hoje para criar as condições necessárias ao prosseguimento do próprio Plano Collor.

Mas a nova política salarial terá de ser aprovada, por força de trâmite legislativo estabelecido pela Constituição, no período imediatamente anterior às eleições de outubro. Como neste pleito estarão em jogo os mandatos de todos os atuais deputados e senadores começam a surgir desde já sinais de que mesmo as forças que costumam conciliar com Collor poderão ser forçadas a votar contra o arrocho dos salários. Estará em jogo, numa primeira etapa, que terá desfecho por volta de 15/8, a manutenção ou a derrubada do veto que Collor impôs à lei salarial aprovada em junho pelo Legislativo. Contrariando o posicionamento do partido, em geral simpático ao projeto econômico do governo, a liderança do PSD já tem mobilizado a bancada para

derrubar o veto, considerada pelo líder Euclides Scalco "ponto de honra para o congresso". O próprio deputado Ulysses Guimarães chegou a propor que os partidos de oposição "esqueçam momentaneamente suas divergências, para unir-se na derrubada do veto".

A experiência indica, entretanto, que o posicionamento das forças centristas está sempre condicionado à pressão popular. A ausência de um amplo processo de debate e mobilização popular, no dia em que for julgado o veto de Collor, poderá dar margem a saídas conciliatórias e contrárias aos interesses dos trabalhadores. Por isso é que se exige que as lideranças sindicais, que têm mostrado grande combatividade em batalhas específicas como as da Ford e da Companhia Siderúrgica Nacional, iniciem sem demora uma campanha de qualificação política de luta política contra os planos do governo.

Questão de Ordem



Os trabalhadores devem pressionar governo e Congresso

A distribuição de renda do Brasil, segundo Hélio Jaguaribe, ocupa o pior lugar do mundo, abaixo de Honduras, da Índia e do México. O 1% mais rico do Brasil tem acesso a cerca de 13% da renda, igual aos 50% mais pobres. Os 10% mais ricos recebem 50,6% da renda enquanto os 20% mais pobres recebem 2%. Como se não bastasse, o governo Collor, seguindo as orientações dos grandes capitalistas nacionais e internacionais, procura agravar ainda mais a situação, com a abertura das portas do país ao capital estrangeiro, à privatização, demissões, recessão, arrocho salarial, etc.

No que diz respeito ao salário do trabalhador, é bom lembrar que estamos amargando o maior arrocho da história e o governo pretende piorar ainda mais o quadro. Enquanto o salário mínimo pago foi de Cr\$ 3.857,76, o salário mínimo de julho de 1990 a Cr\$ 17.006,36. Apenas se fosse atualizado monetariamente, sem representar nenhum ganho real. Isto significa que o salário mínimo de junho deste ano representa apenas 22,68% do valor real do salário mínimo de 1990.

Reedição da medida

A medida 193 causou uma grande confusão e tinha como único objetivo arrochar drasticamente o salário. Esta medida foi derrotada pelo Congresso. No entanto, o governo a reeditou com o número 199 no dia 26 passado. Para se ter uma idéia, os bancários que tem data base em setembro, pela MP 193/199, teriam um reajuste de 76,97%. Enquanto o reajuste necessário apenas para zerar a inflação pelo IPC-IBGE seria de 297,29% e algo semelhante acontece com os demais trabalhadores.

Na calada da noite

Depois de muita pressão dos trabalhadores, o Congresso e o Senado aprovaram uma lei salarial que não é a ideal, no entanto, é aceitável. A lei prevê reajuste mensal pelo IPC do mês anterior para quem ganha até 5 SM, de 5 a 10 SM reajuste trimestral, sendo mensal a parcela que exceder aos 5%. Acima de 10 SM, livre negociação.

O governo, na calada da noite do dia 30, vetou a lei salarial. O líder do PCdoB, Haroldo Lima, junto com outros parlamentares e sindicalistas, estiveram reunidos no mesmo dia, em Salvador, na sede da CUT, para discutir uma campanha junto aos parlamentares visando derrotar o veto presidencial. Os sindicatos devem fazer centenas de milhares de cartazes e boletins em todo o Brasil com os nomes dos deputados traidores.

Mobilizar com greves

Nos próximos dias 7, 8 e 9 deverá existir um esforço concentrado dos parlamentares em Brasília para apreciar a questão. Precisamos mobilizar o movimento sindical para, em caravanas de todos os estados, exigirem dos parlamentares a manutenção da política salarial. A lei salarial recentemente aprovada, apesar de não contemplar completamente os trabalhadores, poderia evitar que a grande parte da nossa população fosse levada a uma situação mais esterecedora do que a que se encontra.

Os trabalhadores precisam se mobilizar com greves e até mesmo com uma ampla mobilização nacional, culminando em uma grande greve geral em defesa do salário, do emprego, da democracia e do patrimônio público.

Alvaro Gomes — presidente do Sindicato dos Bancários da Bahia e dirigente nacional da CSC/CUT.

Em defesa da Petrobrás

Dentro da estratégia do Plano Collor, é visível a cada dia o ataque aos interesses do povo e ao patrimônio nacional. Dentro do projeto neo-liberal de desnacionalização da economia de nosso país, as empresas estatais estão na mira do grande capital internacional associado a monopólios locais.

A tática utilizada para privatizar a Petrobrás é simples: já que não pode fazê-lo por decreto, pois o Monopólio Estatal do Petróleo é constitucional, a forma utilizada é quebrar por dentro a estatal.

Dessa forma, seguem este caminho a partir de dois pontos principais: primeiro, a substituição dos serviços da Petrobrás pela iniciativa privada. Entra aí a absurda proliferação nos últimos anos das empreiteiras, prestando serviços de caráter permanente no ramo, adquirindo assim tecnologia de forma barata às custas da estatal, e volumosos lucros, uma vez que pagam péssimos salários aos trabalhadores.

Em segundo lugar, a quebra de qualquer possibilidade de resistência a este assalto cometido contra o Brasil: arrocho salarial e demissões, visando atingir os trabalhadores e minar a luta contra o entre-

guismo a que submetem este patrimônio.

O enfraquecimento dos trabalhadores é o principal caminho escolhido pelo grande capital, já a partir de governos anteriores e intensificado neste governo.

O entreguismo mostra suas garras

Um dos locais do país onde a Petrobrás tem sofrido grandes ataques é o estado do Rio Grande do Norte. Segundo maior produtor de petróleo do país, vem enfrentando um verdadeiro desmonte pela direção local da empresa.

Naquele estado, os trabalhadores resistem e lutam contra este crime de assalto ao patrimônio do povo. Por isso, o superintendente da Região de Produção do Nordeste Setentrional (RPNS), Luiz de Siqueira Menezes, promove perseguição nunca vista antes contra os trabalhadores. Transferências, punições absurdas, demissões, todo o tipo de perseguições fazem parte do dia a dia entre os trabalhadores daquele estado. As principais áreas atingidas são: o Pólo Guarará, por onde passa toda a produção de óleo e gás do estado e a área de Mossoró, onde existe o maior

campo de produção de petróleo em terra no país: Canto do Amaro.

Várias transferências ocorreram também no Pólo de Guarará. São 123 o número de demitidos da categoria no estado que, embora a Justiça os tenha reintegrado, o Sr. Menezes se recusa a aceitá-los. Por isso, os trabalhadores petroleiros daquele estado estão lutando firmemente contra tais abusos. Eles têm se colocado à frente das greves da categoria nos últimos anos no Nordeste.

V Congresso Nacional

Nos dias 27, 28 e 29 passados, em Campinas-SP, os petroleiros realizaram o seu V Congresso Nacional. O evento representou um importante momento para o fortalecimento dos trabalhadores, não apenas da Petrobrás, mas também de outras estatais do sistema.

A campanha salarial deste ano promete muita luta e sem dúvida os petroleiros saberão, ao lado de tantos outros trabalhadores, impedir que a Petrobrás seja entregue às multinacionais.

(da sucursal)

Vitória classista dos jornalistas

A **Unidade dos Jornalistas** venceu as eleições em São Paulo. A partir de agosto, o maior sindicato de jornalistas do país será presidido por Antônio Carlos Fon e Zé Hamilton. Um grande desafio se coloca: recuperar o prestígio e a combatividade do sindicato.

"Queremos um sindicato moderno, informatizado, atuante, independente e combativo", afirma Fon. "Nossa meta é reorganizar a classe, colocar os jornalistas na linha de frente das lutas, como já estivemos no passado. Vamos fazer uma ampla campanha de sindicalização e de regularização dos sócios da entidade. Vamos respeitar o pluralismo ideológico e político, dentro do compromisso maior, que é conquistar condições dignas de trabalho e salário para todos", completa Zé Hamilton.

Eleição conturbada

Talvez esta tenha sido a eleição mais conturbada na história do Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. A princípio, nenhuma chapa se inscreveu no tempo regulamentar. Uma Junta Governativa foi formada para administrar o sindicato até o pleito. E aí surgiram 3 chapas:

A **Unidade dos Jornalistas**, abrangendo um amplo espectro político, de jornalistas sem partido a militantes do PT, PCB, PCdoB (Pedro de Oliveira e Carlos Pompe), dentre outros. Em comum, a vontade de reerguer o sindicato e a categoria, que amarga um piso salarial baixíssimo e enfrenta os arbitrários e atentados do governo Collor contra a liberdade.

Foi formada também a chapa 2, inte-



Fon e Zé Hamilton, presidente e vice do Sindicato dos Jornalistas de SP

grada no essencial por quercistas, capitaneados por Audálio Dantas e Japiassu, e gente ligada ao sindicalismo de resultados de Medeiros. Foi esta chapa a responsável por alguns dos mais lamentáveis episódios das eleições sindicais dos jornalistas. Concorreu ainda uma terceira chapa, que recebeu apenas 14 votos a mais que o total de seus integrantes...

Ataque aos jornalistas

No primeiro escrutínio, faltaram 63 votos para se atingir o quórum. E a chapa 2 já mostrou os dentes. Um integrante da chapa 1 foi ameaçado de morte diante da TV Bandeirantes; vários jornalistas foram arbitrariamente impedidos de votar. O governo Quêrcia pressionou apoiadores da 1 nas assessorias de imprensa do Estado (alguns, ameaçados de demissão) e bancou faixas para a chapa de Japiassu nos locais de votação.

No segundo escrutínio, já com a visível vantagem da chapa 1, aconteceu o inusitado na sede do sindicato: bate-paus enviados por Luís Antônio Medeiros fizeram um "corredor polonês" e estavam prontos para impedir a apuração do pleito. Não fosse a serenidade da categoria, e a violência explodiria no Sindicato dos Jornalistas.

Novo tempo

Agora, com a **Unidade dos Jornalistas** consagrada pelo voto, a categoria está na expectativa da retomada efetiva do sindicato, com a formação de comissões de redação, conquista de salários dignos, dinamização cultural, respeito à pluralidade de opiniões, aprimoramento profissional, melhoria dos serviços assistenciais e advocatícios e uma integração maior com os mais trabalhadores, fortalecendo a

Lendo Isaac Newton 300 anos depois

Amélia Império Hamburger *

Recentemente a Editora da Universidade de São Paulo (Edusp) lançou no Brasil, pela primeira vez, o livro "Principia", tradução do original de Isaac Newton "Philosophiae Naturalis Principia Mathematica". Agora a leitor brasileiro pode ter contato com o pensamento original sobre conceitos como força, velocidade, aceleração, espaço e tempo, gravidade, ação e reação, inércia.

Este artigo pretende incentivar o estudo de textos originais de autores científicos e seus contextos e, ao mesmo tempo, chamar a atenção para as dificuldades que enfrentamos para essa prática. Também defendemos uma postura exigente para o trabalho de tradução a fim de que não se torne desfavorável o acesso ao pensamento original justamente no momento em que é oferecido.

É importante ler textos antigos?

Muitos de nós já estudamos ou ouvimos falar de conceitos da mecânica e das Leis de Newton que regem os movimentos dos corpos. Eles estão nos livros didáticos, na divulgação científica, nas notícias, até em programas infantis: força, velocidade, aceleração, espaço e tempo, gravidade, ação e reação, inércia.

A idéia de aprendermos o pensamento original pode, entretanto, parecer estranha. Podemos pensar que a linguagem, a forma de apresentar, e mesmo a própria conceituação, devem ter sido ultrapassadas pelos contínuos progressos da ciência nestes 300 anos que nos separam do tempo de Newton.

Essa seria uma postura tímida e conservadora, que limitaria a aproximação com as origens das idéias, com as formas iniciais da criação de novos modos de perceber e captar a realidade na qual os homens se inserem. Essas formas revelam como nos relacionamos com o mundo e o conhecemos, como inventamos conceitos sobre o que vai se constituindo de interesse na sociedade e como essas criações do pensamento permitem ações novas sobre as coisas do mundo. Isso que chamamos fazer parte de um processo histórico, a constituição da própria história humana.

No século XVII, quando Newton escreveu o livro "Philosophiae Naturalis Principia Mathematica" (a primeira edição em 1687), a Europa vivia o fim de um processo profundo de mudanças, que atingiu todos os níveis de organização

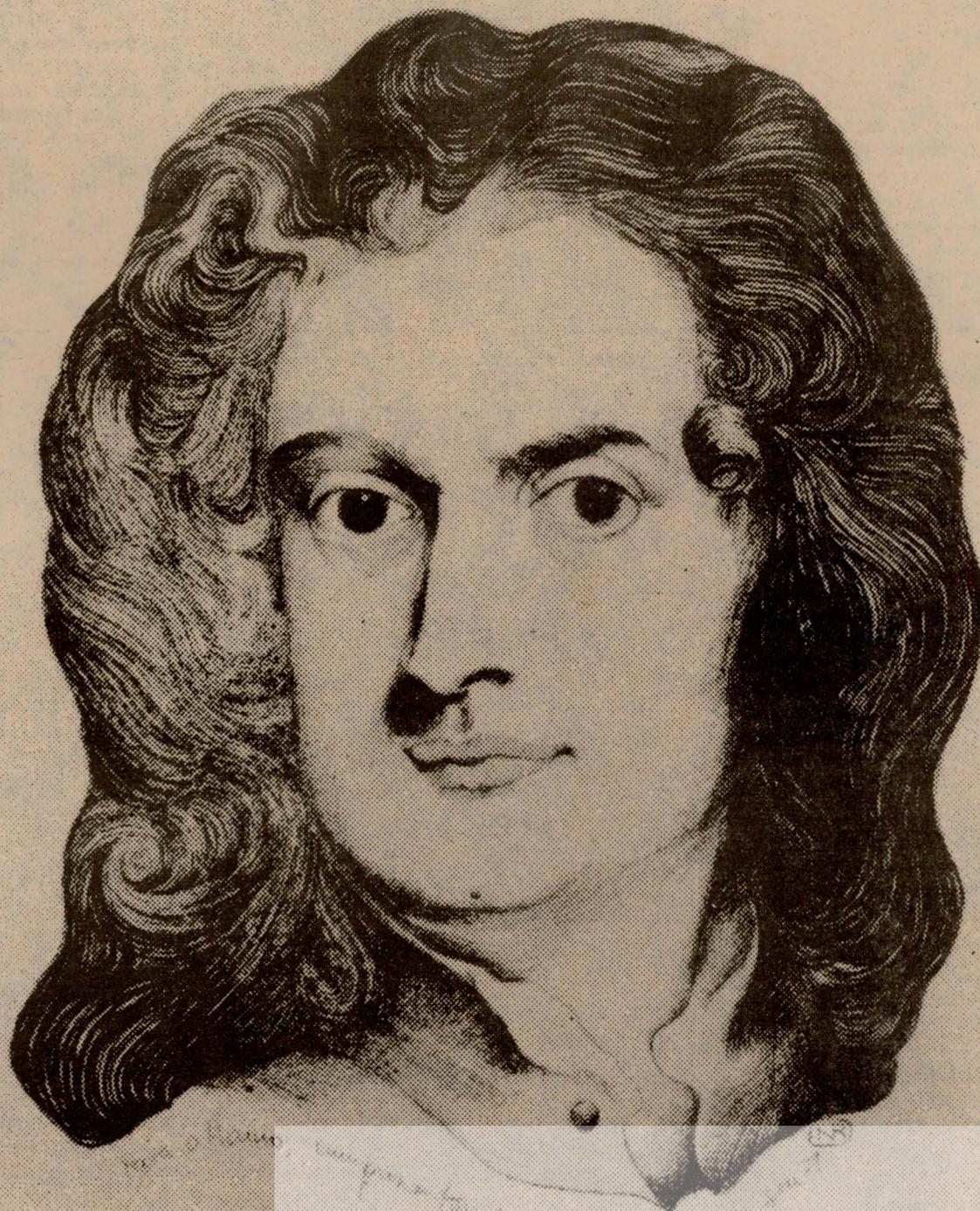
social, a ponto de ser chamado de Renascimento. As artes mostram muitas pinturas com recriações do nascimento de Cristo, com cores novas, novas posturas, novas regras de representação geométrica, em perspectiva. A filosofia e a prática religiosas se diversificam. A arquitetura descobria novas formas e regras de construção, novos produtos eram gerados por diferentes ferramentas e relações de trabalho, a máquina começava a oferecer seus serviços, e sua propriedade e uso vão modificando a questão da posse da terra; o desenvolvimento da navegação com novas técnicas e materiais de construção permitia o conhecimento de novos continentes, o comércio se ampliava e o dinheiro ativava a ação à distância. Aparecem também novas armas e formas de guerra. Enfim, os tempos da Idade Média vão se esgotando, dando possibilidade para o surgimento do homem moderno. O homem que vai conquistar sua cidadania e estabelecer novas relações dentro do processo

histórico coletivo que, por sua vez, constitui, de volta, os homens que nele se inserem.

O campo da ciência vai se estabelecer com nova precisão de ação através de novas formas de conhecer, de se ligar à realidade. O pensamento de Newton é parte desse contexto.

Só recentemente (a partir de 1936) historiadores da ciência tiveram acesso a toda sua extensa obra, trabalhos de sua ativa e longa vida de 85 anos, em campos do conhecimento da época significativos para a compreensão de sua capacidade de criação conceitual e filosófica. Seus escritos, cartas, trabalhos matemáticos, alquímicos e teológicos, são fontes de reflexão crítica sobre o que são as origens da ciência que se faz hoje e dos desenvolvimentos da sociedade.

Alguns desses historiadores apontam a coerência e profundidade com que Newton traz nova compreensão a trabalhos de outros pensa-



CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Isaac Newton, desenho de Newton Resende

dores, daquela e de épocas anteriores, na teoria da matéria e nas áreas que a atingem, destacando-se a matemática, a religião, a alquimia, a filosofia. A síntese newtoniana, seja completando o pensamento de outros, seja no confronto das idéias, é peça importante que nos conta da transformação daqueles tempos e nos dá elementos de análise dos nossos.

Nesses 300 anos em que se passaram várias gerações de nossos familiares, muitos provindos daquelas mesmas bandas da Terra, vivemos a Modernidade. Palavra tão usada hoje nos jornais e propostas deste nosso país, que parece não tê-la atingido ainda, a modernidade talvez já esteja em estado de profunda transformação, de novo, e também na ciência. Talvez, então, seja mesmo a época certa de podermos voltar a analisar as origens e as compreendermos mais precisamente, com a ótica dos significados que se explicitaram com clareza somente nos anos que se seguiram.

É através desses significados que a leitura de textos antigos tem grande interesse. E não só do ponto de vista filosófico e histórico diretos, mas, e ressaltamos esse, do ponto de vista da compreensão conceitual. A análise conceitual nos levará, outra vez, às questões históricas e filosóficas sobre o conhecimento.

Uma das obras fundamentais de Newton:

“Os Princípios Matemáticos de Filosofia Natural e Seu Sistema de Mundo”, do qual tratamos nesta apresentação, foi escrito em latim e teve duas edições posteriores prefaciadas, revistas e aumentadas pelo trabalho de outros e do próprio Newton, a última em 1725-26. A segunda edição de 1713, contém um prefácio de R. Cotes, professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, como Newton, que explica as modificações, e dá uma boa avaliação da repercussão da nova teoria, do ponto de vista conceitual e filosófico.

O Tratado contém duas partes: o primeiro título “Philosophiae Naturalis Principia Mathematica” e contém **Definições** de conceitos fundamentais sobre a matéria, o movimento, as forças, as mudanças de movimento, e o **Scholium**, onde é dada explicação sobre as implicações dessas conceituações. A seguir apresenta três **Axiomas**, ou **Leis do Movimento**, vários **Corolários**, e **Scholium**. Seguem-se o Livro I — “O Movimento dos Corpos”, o Livro II — “O Movimento dos Corpos” (Em Meios Resistentes), e o Livro III, “O Sistema do Mundo (Em Tratamento Matemático)”. Os Livros são escritos em forma de **Lemas**, **Proposições e Teoremas**, sempre seguidos de **Scholia** explicativos; as experiências são apresentadas em **Scholia** e em **Problemas**. A segunda parte é “O Sistema do Mundo”, inicialmente publicado em separado, onde são enumerados e analisados 78 pontos, além de definidos outros **Problemas e Lemas** com respeito a questões do sistema solar e dos cometas.

A orientação de Newton para seguir seu tratado, “que esperava ser lido por muitos”, se encontra no começo do Livro III (pg. 655 da edição espanhola) é “...a leitura das definições, das leis de movimento, e das três seções do primeiro livro. Depois pode-se passar para este (terceiro) livro, e consultar as proposições restantes dos dois primeiros livros na medida que as referências no Livro III requisitarem”.

A tradução contemporânea para o inglês dessa obra foi publicada por Andrew Motte, em 1729. I. Bernard Cohen, estudioso profundo dos trabalhos de Newton, publicou extensos artigos e livros de comentários sobre as traduções do

original em latim. Chama atenção para a importância das traduções, para o sentido dos novos conceitos e para a compreensão do pensamento de Newton e da história das idéias. Faz críticas sobre várias imprecisões da mais conhecida edição em inglês, pela U. California Press, 1934, “Newton’s Principia, Motte’s Translation Revised” (inclui os comentários de Cotes), por F. Cajori, professor Emérito da Universidade da Califórnia, Estados Unidos, publicada depois da morte de Cajori por R. T. Crawford, seu colega.

em inglês Motte-Cajori. É uma edição bem feita sob os aspectos de impressão, que faz jus ao esforço e dedicação à tarefa. Entretanto, pode-se notar despreparo da parte dos tradutores e editores no que tange à complexidade de oferecer ao público esse texto fundamental da cultura científica, da cultura de nossos dias. Salientamos alguns pontos, sem, entretanto, pretensão de oferecer uma resenha:

1. É muito importante que se possa ter, de saída, uma visão do todo. Essa edição se restrin-

dentro de uma nova percepção da realidade. Exemplo, disso é:

— **vis insita**/na **Definição III**, traduzida da expressão de Motte como “força inata da matéria”. Estudando-se o pensamento de Newton sobre o conceito de força: a. como “princípio ativo”, que está, não nas “partes” da matéria, mas em seus indissociáveis “poros”

b. que as coisas da natureza são formadas junto com as leis da natureza que regem suas propriedades e ações, a palavra deve levar a compreensão de uma “força insita da matéria” (palavra portuguesa) no seu significado de “gerada ao mesmo tempo”. Cohen escolhe no inglês “immanent force”, isto é, força e matéria surgem juntas, no mesmo acontecer. Esse significado é sutil, mas definitivamente diferente de pensar a força como “propriedade” da matéria. Elas são a expressão de uma potencialidade que se manifesta em condições bem definidas como uma coisa só, a “**vis-inertiae**”.

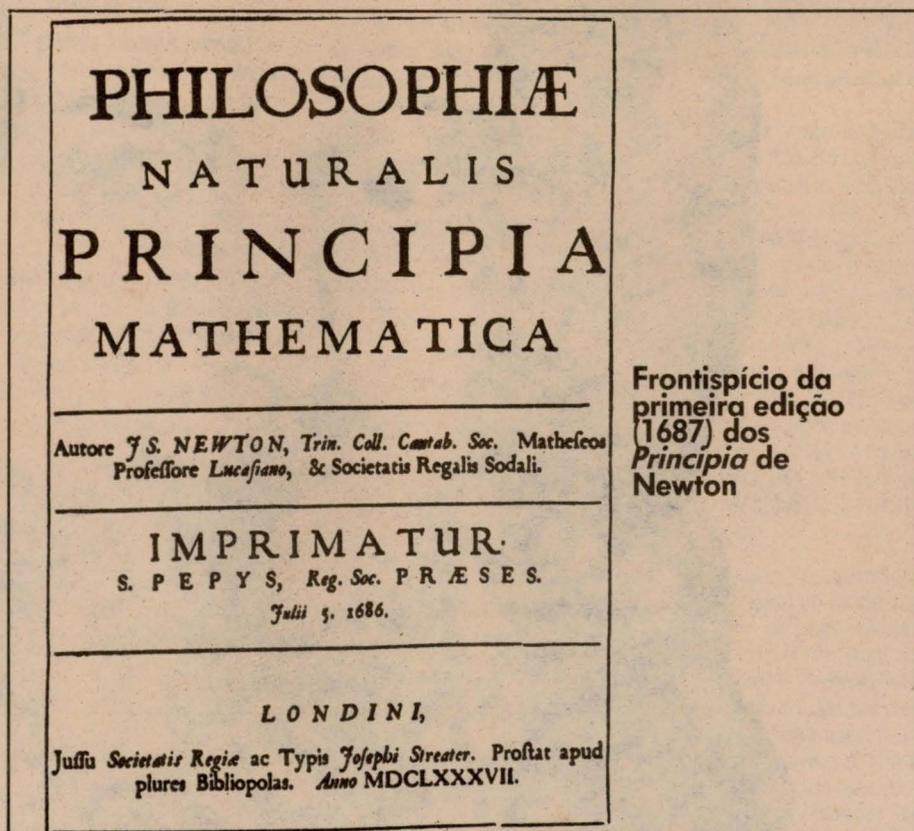
3. Logo na primeira leitura percebemos algumas imprecisões e erros de tradução, que deturpam o sentido, por exemplo: no prefácio de Newton à primeira edição (pág. 1), expressando sua visão da importância da Geometria diz (na tradução inglesa) que é interessante como a Geometria “brought from without” contribui de formas tão diversas. A tradução foi “trazida do nada”, em vez de algo como “trazida de fora, de outra área, vinda de outra procedência”.

Essas críticas e explicações devem ter mostrado ao leitor as dificuldades. Mas são realmente questões sutis as questões da construção do saber. Elas têm que ser tratadas com rigor e precisão, principalmente quando voltadas para um público, como o de nosso país, com precárias fontes de informação. De qualquer forma, em vista mesmo dessa situação, o esforço dos tradutores deve ser reconhecido e espera-se que amadureçam sua familiaridade com o pensamento de Newton e possam aprofundar os significados em próximos trabalhos prometidos e numa necessária revisão deste.

Existe uma edição espanhola, completa, da Editora Nacional, Madrid, 1982, que usa como fontes, além da versão inglesa de Motte-Cajori, o fac-símile da versão original em latim na edição de Cohen-Koyré (Cambridge U. Press, 1972), que apresenta variações possíveis de significado na tradução para o inglês. É salientado pelos tradutores a vantagem da tradução diretamente do latim para o espanhol, dada a semelhança das palavras. A nosso ver essa pode ser questão fundamental, como no caso do conceito de “força insita” referido acima. Essa é uma versão comentada pelos tradutores, o que é decididamente uma vantagem, pois revela ao leitor qual a disposição de interpretação.

Deve-se concluir, então, que para aproveitarmos uma leitura de textos originais, essa leitura precisa vir concomitante ao estudo histórico sobre os autores e sobre seu tempo. Sobre tudo os tradutores desses textos precisam ter essa familiaridade para que as palavras, numa outra língua, fluam com significado correto e apropriado. Outra observação: a dificuldade de uma primeira leitura não deverá afastar o livro. Leituras complementares, mesmo de livros didáticos, de divulgação e enciclopédias ajudam muito a formar ligações que finalmente levam ao entendimento de coisas antes consideradas estranhas e incompreensíveis. Quando isso acontecer, o leitor terá exercido, a nível individual, a potencialidade de criação, de recriação, de ação sobre a realidade, que o conhecimento científico representa na sua constituição histórica.

* professora do Instituto de Física da USP



Frontispício da primeira edição (1687) dos Principia de Newton

Esses comentários já dão uma idéia das dificuldades de exatidão em traduções. Esse é um problema a mais na questão de ler Newton no original.

Newton em português: boas intenções e dificuldades

Foi recentemente lançada pela Editora da USP e, em associação com a Editora Nova Stella, e foi o ensejo para este artigo, uma tradução em português do Livro I, feita a partir da edição

ge ao Livro I, sem conter as menores informações sobre os outros Livros, nem no índice nem na introdução dos tradutores. O apêndice histórico e explicativo, de Cajori, fica interrompido, limitado ao que se refere ao Livro I.

2. A escolha das palavras na passagem para a língua que o leitor está lendo, principalmente no que se refere a questões conceituais, é essencial. A apresentação de diferentes possibilidades de significado, na tradução, pode servir de grande ajuda para os leitores compreenderem as sutilezas da invenção de novos conceitos,

Duas críticas, ao jornal e aos seus colunistas

A coluna "Questão de Ordem", publicada na "Classe Operária" nº 45 e assinada por Sérgio Barroso, teve como título "A CUT no fio da navalha". Visando estabelecer um debate claro entre nós, militantes sindicais da CUT, gostaria de me opor a algumas das opiniões lá expressas.

Acredito, em primeiro lugar, que a repetição de jargões como "paralisantes divergências internas", "começando a perder o rumo", "voluntarismo de correntes esquerdistas", "erros pela direita", "só a cegueira política e a ilusão pura" não contribuem para desenvolver o debate profundo nem a relação fraterna e solidária que é preciso haver entre companheiros de classe.

E isso a despeito dos temas debatidos pelo companheiro Sérgio Barroso serem da máxima importância; e de ser necessário aprofundar o debate político no interior da Central Única dos Trabalhadores.

A CSC entra para a CUT quanto esta central se apresenta não mais como referência e sim como direção clara do movimento sindical, inclusive sendo utilizada como exemplo no exterior pelos acertos que tem em sua breve história de sete anos. Dentro da Central Única dos Trabalhadores, todos somos protagonistas, ninguém é espectador. Temos os mesmos inimigos, que são patrões, as oligarquias, os latifundiários, as multinacionais e todas as faces do capitalismo. Devemos dirigir juntos, e o debate aberto facilita nossa luta.

(Almir da Costa Pereira, vice-presidente do Sindicato dos Aeroviários no Estado de S. Paulo)

Nesses dias em que existe uma enorme propaganda anticomunista nos veículos de comunicação; e em que esta propaganda foi consideravelmente ampliada depois dos acontecimentos do leste europeu, é muito importante para a orientação do proletariado possuímos um jornal dinâmico e atualizado. Acredito, por isso, que é preciso melhorar alguns aspectos da Classe.

Penso que o logotipo do jornal pode passar despercebido pelo seu pequeno tamanho, e por estar perdido entre desenhos e fotos, ao contrário do projeto gráfico anterior.

A capa também pode melhorar, substituindo enormes desenhos por fotos que chamem mais atenção, junta-

mente com pequenas chamadas sobre as matérias da edição. Ou então acrescentar um índice, e este sim indicaria os artigos e matérias com respectivas páginas. Por falar em artigos, penso que "Consciência Socialista" deveria merecer mais atenção, inclusive com maior espaço. Outro ponto interessante é o cupom de assinaturas, que deveria vir anexo ao jornal, pois os leitores costumam colecionar a Classe.

Acredito ter colaborado para que nosso jornal tenha uma grande vendagem e uma apresentação dinâmica, levando assim esclarecimento, orientação e a realidade sobre o socialismo para todos os trabalhadores brasileiros.

(Carlos A.B. Silveira, Alvorada, GO)

Collor demite na Sucam e espalha doença no país

O Diretório Regional da Sucam no Vale do Pindaré funciona na cidade de Pindaré-Mirim (Maranhão) mas atinge um raio de 10 municípios, dentre eles Santa Inês. Trabalham em torno de 400 funcionários e cada um deles tem 10 casos no mínimo para tratar ou tratando. Segundo os servidores da Sucam, há naquele distrito um déficit de 120 homens.

Mas no final de junho chegou através do Diário Oficial lista de 50 dispensas (13 demissões e 37 colocados em disponibilidade). Foi a gota d'água que faltava para causar a insatisfação daqueles servidores, que nunca haviam se manifestado durante todo o tempo de existência do órgão no Vale do Pindaré.

No dia 30 de junho cerca de 100 servidores reuniram-se na Praça do Terminal Rodoviário de Santa Inês e saíram em passeata, denunciando as demissões e o governo Collor. A população emocionou-se ao ver esposas e filhos destes servidores indignados com estas medidas injustas e sem critério, portando cartazes e faixas onde se lia: "Combatemos mais de 10 epidemias, e o presidente Collor quer nos demitir".

No percurso pelas ruas da cidade, os servidores pediram apoio de outros trabalhadores, de entidades e partidos políticos. Falaram contra as demissões o presidente do Diretório Municipal do PCdoB, o presidente da Comissão Provisória do PT e o próprio diretor do Distrito da Sucam. A manifestação ajudou a afastar as ilusões da parcela da população do município que apoiou Collor no ano passado, e representou o início da luta contra as demissões injustas e antipopulares pretendidas pelo presidente.

(Espedito Cruz da Silva, presidente do PCdoB de Santa Inês, MA)

Um ridículo espetáculo no Congresso do PCUS

Há poucas semanas — na sexta-feira, 13 de julho — terminou mais um congresso do tão falado PCUS, que abriga o revisionismo soviético. Como era de se esperar, sem nenhum avanço para os povos soviéticos, muito ao contrário, continua a política de deterioração do socialismo e de esmagamento da classe operária.

O mais interessante é que a grande imprensa trata os mais revisionistas como "radicais", sendo estes os propositores da economia de mercado na URSS (Boris Yeltsin). Já os que trazem as propostas mais avançadas (PC da Rússia, Nina Andreeva) são chamados de "conservadores" e "ortodoxos". Devemos ficar atentos pois ainda poderemos assistir o ultra-"radical"-reformista Boris Yeltsin, recém-saído do PC Soviético por não ter visto seus interesses plenamente realizados, anunciar que "a Perestroika é uma medida decorrente das ditaduras de ferro" ou seja, que Gorb é "stalinista".

(Hirã da Rocha Salsa Jr. — S. Paulo — SP)

Manobras para paralisar represa em Pernambuco

Gostaria de denunciar a ação mesqui-

nha e oportunista de elementos ligados ao governo Collor, que através de uma série de manobras conseguiram suspender a construção de uma barragem no alto sertão pernambucano.

A represa iria beneficiar o povoado de Barra do Silva (município de Floresta, em Pernambuco), fornecendo-lhe água encaçada. Além disso, iria tirar do desespero centenas de pequenos agricultores, garantindo-lhes água para as lavouras e acabando com a certeza de seca e da fome.

A alegação oficial para o fim das obras é a falta de verbas. Contudo, o verdadeiro motivo é alardeado em alto e bom som por elementos incapazes de esconder suas manobras eleitorais — em especial o sr. João Paulo, dono das terras onde se situa o povoado da Barra, o ex-candidato a vereador Josias de Adrino e o deputado Oswaldo Coelho.

João Paulo e Josias apelam para um truque tão velho quanto sujo praticado pelas oligarquias e pelos políticos ligados a elas no sertão do nordeste. Eles querem manter o povo da região carente de água — e consequentemente de alimentos e saúde — para dessa maneira "comprar" mais facilmente votos, através do fornecimento de água por carro-pipa, da entrega aos miseráveis de sacos de feijão, da "ajuda" no transporte de doentes ao hospital, etc. Alegando motivos injustificáveis, eles elaboraram um abaixo-assinado em que havia adesão até mesmo de crianças e mortos... E o enviaram ao deputado Coelho, que obteve a paralisação das obras com a posse de Fernando Collor.

O tiro pode sair pela culatra, para aqueles que apoiarem o fim das obras ou se mantiverem omissos. Especialmente para o sr. Oswaldo Coelho, visto que este deputado obteve, no pequeno povoado da Barra, 126 votos, a maioria deles graças aos pequenos agricultores prejudicados.

(Maria Goretti de Sá, Recife, PE)

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA" UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome
Endereço
CEP Cidade Estado
Profissão

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO

Assinatura trimestral: Cr\$ 300,00

Assinatura semestral: Cr\$ 600,00

Preencha hoje mesmo este cupom e envie cheque nominal à Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda.

ASSINE A PRINCÍPIOS

Basta mandar: Nome, Endereço, Cep, Cidade e um cheque de 1.200,00, em nome de EDITORA ANITA GARIBALDI — Rua dos Bororós, 51 - 1º Cep 01320 - São Paulo. A revista é trimestral e a assinatura vale para 4 edições.

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas.
Editor: José Reinaldo Carvalho
Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins
Diagramação e Arte: José Luis Munuera Reyes
Centro de Documentação: Joana D'arc de Sousa e Rosane Montiel
Administração: Sandra Mateus
Secretária: Márcia Medeiros
Assinaturas: Cláudia Medeiros
Fotografia: Agência Foton
Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista CEP 01318 — São Paulo/SP
Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133
Fax: (011) 36-4104
Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPA — Av. Antônio G. Tocantins, 47, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Luiz Anthony, 762, CEP 69000, fone: (092) 232-3881, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARA — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — Rua Parnaíba, 355, CEP 74000 fone: (062)

223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Desantanhina, 194 CEP 65000, fone: (098) 229-5200, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos. CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua 3 de maio, 1834, CEP 66800, FONE: (091) 229-5200, Belém; PARAIBA — Rua Almeida Barreto, 273, CEP 58020 fone: (083) 222-4413, João Pessoa; PARANÁ — Rua Marechal Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 263-2042, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sassego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUI — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 306, CEP

20010, fone: (021) 240-5286, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — R. Tenreiro Aranha, 2.122, CEP 78.900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Álvaro Maia, 165, B. Aparecida, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Júlio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju. A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária Ltda. Composição, montagem, fotolito: Paz Foto Composição e Fotolito Ltda. — R. Frederico Steidel, 257, Sta. Cecília, CEP 01225, São Paulo, fone: (011) 36-7531. Impressão: Gráfica Maurício (011) 36-7531.

A rebeldia dos girassóis

Nádia Timm*

Há cem anos um genial pintor holandês disparou uma bala no coração. Era Vincent Van Gogh, que aos 37 anos, mergulhado na angústia e solidão, num asilo de loucos, explodia o peito. Deixou uma herança e a humanidade ficou profundamente devedora. Sua arte vigorosa explodiu mais do que os girassóis incendiados e os sóis ardentes que pintou. Seu talento manifestado como impressionismo selvagem mandou para a estratosfera todos os rígidos conceitos estéticos da arte.

Em vida vendeu apenas um quadro. Hoje suas telas são disputadas em leilões milionários. E quem compra Van Gogh? Não se sabe nada além de que são ricos empresários japoneses que preferem o anonimato temendo eventuais roubos ou falsificações.

Hoje Vincent Van Gogh é tema de documentários e filmes, conhecido em todo planeta até pela pessoa mais leiga no assunto das artes. Porém, em vida o artista não se beneficiou desta irrestrita consagração, conheceu a dor da alma, a profunda depressão, "o fardo de pintar sem saber por que ou para que", como afirma Antonin Artaud, em "O Suicídio pela Sociedade". O fato mais conhecido de sua vida resultou do primeiro ataque de loucura: numa noite de natal, poucos meses antes de morrer, mutilou seu corpo decepando um pedaço de sua orelha esquerda para oferecer a uma prostituta.

Além de sua pintura vigorosa, Vincent nos legou seu testamento literário, reunido sob forma de cartas que escrevia ao Théo, seu irmão e apoio moral/financeiro constante. Alguns trechos estão transcritos abaixo e neles este primogênito de um pastor da Igreja narra seus embates

com a realidade e se revela como homem obcecado pela transcendência da arte, que tem apenas tintas e pincéis para atacar os padrões de sua época.

Porém Van Gogh só voltou-se para a atividade artística aos 27 anos, após muitas decepções, tais como ter sido reprovado nos estudos eclesiásticos, ser demitido como pregador entre os mineiros do Borinage, na Bélgica, sem falar nas decepções amorosas. Deste período o quadro mais importante é "Os Comedores de Batata", onde traduz em cor e forma a miséria sacramental dos mineiros com quem viveu.

Em 1886 trocou a Antuérpia por Paris onde a vida turbulenta afetou sua saúde. Sofrendo depressão, Van Gogh começou a beber. Em fevereiro de 1888 partiu para Arles, no sul da França, e lá o plano psicológico e dramático de suas telas chega ao paroxismo; a luz e a cor forte infiltram-se definitivamente na sua pintura. Nas cartas a Théo fala de seus projetos, pretende formar uma colônia de artistas e com Gauguin e Bernard troca auto-retratos, segundo o costume japonês.

Neste mesmo ano, em setembro, muda-se para a Casa Amarela, em Arles, certo de que a formação da comunidade começaria com a chegada de Gauguin. Mas logo iniciam os atritos e surge a tensão entre os dois pintores temperamentais. O método de Gauguin, que pintava de memória, irrita Van Gogh; chegam às discussões acaloradas até ocorrer a primeira crise de loucura quando corta a orelha.

A partir de então, a vida tornou-se cada vez mais difícil. Seus períodos de sanidade alternam com ataques que o perturbam tanto que, por



"Auto-retrato com Uma Orelha Ligada", 1888. Óleo sobre tela

sua própria vontade, interna-se no asilo de Saint-Rémy. A doença não o impede de desenhar e pintar, agora os motivos constantes são os ciprestes. Já as suas últimas pinturas tiveram como tema os campos de trigo e sem acreditar

na possibilidade de recuperação, Vincent Van Gogh, no dia 27 de julho de 1890, dispara um tiro contra si próprio.

*jornalista e pintora, colaboradora daClasse

V a n G o g h

Cartas de um pintor maldito

Amsterdã, 3 de abril de 1878

(...) Às vezes é bom ir ao fundo e freqüentar os homens, e às vezes somos até obrigados e chamados a isto, mas aquele que prefere permanecer só e tranquilo em sua obra, e não quer ter mais que uns poucos amigos, é quem circula com maior segurança entre os homens e no mundo. É preciso não se fiar jamais no fato de viver sem dificuldades ou sem preocupações ou obstáculos de qualquer natureza, mas não se deve procurar ter uma vida muito fácil. E mesmo nos ambientes cultos e nas melhores sociedades e circunstâncias mais favoráveis, é preciso conservar algo do caráter original de um Robinson Crusoe ou de um homem da natureza, jamais deixar extinguir-se a chama interior, e sim cultivá-la (...)

Laeken, 15 de novembro de 1878

(...) Quanta beleza na arte, desde que possamos reter o que vimos. Jamais ficamos então deserdados, nem verdadeiramente solitários, jamais sós.

Wasmès, junho de 1879

Não conheço melhor definição da palavra arte que esta: "A arte é o homem acrescentando à natureza"; à natureza, à realidade, à verdade, mas com um significado, com uma concepção, com um caráter, que o artista ressalta, e aos quais dá expressão, "resgata", distingue, liberta, ilumina (...)

Julho de 1880

(...) O que para os pássaros é a muda, a época em que trocam de penugem, a adversidade ou infortúnio, os tempos

difíceis, são para nós, seres humanos. Podemos permanecer neste tempo de muda, podemos também deixá-lo como que renovados, mas de qualquer forma isto não se faz em público, é pouco divertido, e por isso convém eclipsar-se. Pois seja (...)

(...)Escrevo-lhe um pouco ao acaso o que me vem à pena, ficaria muito contente se de alguma maneira você pudesse ver em mim mais que um vagabundo. Acaso haverá vagabundos e vagabundos que sejam diferentes? Há quem seja vagabundo por preguiça e fraqueza de caráter, pela indignidade de sua própria natureza: você pode, se achar justo, me tomar por um destes.

Além deste, há um outro vagabundo, o vagabundo que é bom apesar de si, que intimamente é atormentado por um grande desejo de ação, que nada faz porque está impossibilitado de fazê-lo, porque está como que preso por alguma coisa, porque não tem o que lhe é necessário para ser produtivo, porque a fatalidade das circunstâncias o reduz a este ponto, um vagabundo assim nem sempre sabe por si próprio o que poderia fazer, mas, por instinto, sente: "no entanto eu sirvo para algo, sinto em mim uma razão de ser, sei que poderia ser um homem completamente diferente. No que é que eu poderia ser mais útil, para o que poderia eu servir; existe algo dentro de mim, o que será então?"

Este é um vagabundo diferente; você pode, se achar justo, tomar-me por um destes.

Um pássaro na gaiola durante a primavera sabe muito bem que existe algo em que ele pode ser bom, sente muito bem que há algo a fazer, mas não pode fazê-lo. O que sente? Ele não se lembra muito bem. Tem então vagas lembranças

e diz para si mesmo: "Os outros fazem seus ninhos, têm seus filhotes e criam a ninhada", e então bate com a cabeça nas grades da gaiola. E a gaiola continua ali, e o pássaro fica louco de dor (...)

(...) E os homens ficam freqüentemente impossibilitados de fazer algo, prisioneiros de não sei que prisão horrível, horrível, muito horrível.

Há também, eu sei, a libertação, a libertação tardia. Uma reputação arruinada com ou sem razão, a penúria, a fatalidade das circunstâncias, o infortúnio, fazem prisioneiros.

Nem sempre sabemos dizer o que é que nos encerra, o que é que nos cerca, o que é que parece nos enterrar, mas no entanto sentimos não sei que barras, que grades, que muros (...)

(...) Você sabe o que faz desaparecer a prisão. É toda a afeição profunda, séria. Ser amigos, ser irmãos, amar, isto abre a porta da prisão por poder soberano, como um encanto muito poderoso. Mas aquele que não tem isto permanece na morte.

Carta que Van Gogh trazia consigo no dia 27 de julho de 1890

Pois assim é, e isto é tudo, ou pelo menos o principal, que eu tenho a lhe dizer num momento de crise relativa. Num momento em que as coisas estão muito tensas entre *marchands* de quadros de artistas mortos e de artistas vivos. Pois bem, em meu próprio trabalho, arrisco a vida e nele minha razão arruinou-se em parte. bom, mas pelo quanto eu saiba você não está entre os mercadores de homens, e você pode tomar partido, eu acho, agindo realmente com humanidade, mas, o que é que você quer?

PROSA & VERSO

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois